

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

STEPHANIE DAHER

**ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO: UMA POSSIBILIDADE  
PARA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CURITIBA

2020

**STEPHANIE DAHER**

**ORGANIZAÇÃO E O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO: UMA POSSIBILIDADE  
PARA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL**

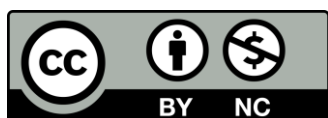
**Organization and amerindian perspectivism: possibility for a conceptual  
multiplicity**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Administração da  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
(UTFPR).

Orientador: Prof. Dr. Rene Eugênio Seifert Jr.

**CURITIBA**

**2020**



[Atribuição – Uso não  
Comercial](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Atribuição - Uso Não Comercial (BY-NC) - Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais. Porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.



Programa de Pós-Graduação em  
Administração



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
**Campus Curitiba**  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Administração



## TERMO DE APROVAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO:  
UMA POSSIBILIDADE PARA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL  
por

**Stephanie Daher**

Esta dissertação foi apresentada às **10h00, dia 26 de agosto de 2020** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO, na Linha de Pesquisa **Tecnologia de Gestão, Trabalho e Organizações**, Área de Concentração **Organizações e Tecnologia**, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

---

Prof. Dr. Rene Eugênio Seifert Junior  
(PPGA/UTFPR)  
Orientador

---

Prof. Dr. Leonardo Tonon  
(PPGA/UTFPR)  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Fabio Bittencourt Meira  
(UFRGS)  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento  
(PPGA/UTFPR)  
Coordenador do PPGA

---

### Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

Avenida: Sete de Setembro, 3165  
80230-901 – Curitiba – Paraná - Brasil  
Fone: (41) 3310-4656  
[www.utfpr.edu.br](http://www.utfpr.edu.br)

*Para Marcel.*

## AGRADECIMENTOS

De todas as linhas preenchidas neste documento, as que pertencem a essa página são as mais sinceras.

Lembro-me de uma das primeiras aulas do mestrado, quando o Prof. Francis Kanashiro Meneghetti se dirigiu a todos os alunos, um a um, perguntando: “por que você está fazendo mestrado?” entre várias respostas, quando chegou a minha vez, meus olhos se encheram de lágrimas e tudo que consegui dizer foi: “porque preciso”. A resposta não poderia ter sido outra, pois todo esse trabalho é, antes de tudo, baseado em uma intensa busca de transformação interna e meu encontro com os textos, colegas, teorias e professores, foram fundamentais para viver isso.

Agradeço então, em primeiro lugar, ao meu pai, Marcel Daher (*in memoriam*), por, em nosso curto tempo de convivência, ter me deixado mais perguntas do que respostas, e uma incrível faísca de confiança de que eu seria uma mulher de quem ele teria orgulho.

Agradeço ao meu orientador e amigo, Rene Seifert. Nosso encontro se traduzido pelo perspectivismo ameríndio, foi como o de um índio com uma onça do mato: a partir de profundas diferenças e de algumas semelhanças, experimentei de outra perspectiva para ler o mundo da vida – uma vida mais lenta que fermenta no tempo da natureza, enquanto conversamos com os amigos. Além disso, recebi muito mais confiança do que mereço para executar esse trabalho e, por isso, também sou grata.

Agradeço a minha amiga Sheron Ribeiro da Silva, que desde a infância me ajuda, incentiva e me apresenta também outras formas de ver o mundo. Sobre este trabalho em especial, me apresentou ao perspectivismo ameríndio, e se fez amiga em todos os momentos.

À Mariana Ravedutti Paul, esse trabalho não existiria sem seu apoio. Obrigada por ser a maior incentivadora que conheço, sou grata à vida pelo nosso encontro.

Ao meu companheiro Rafael Keiti Amano, obrigada por todos os chás de madrugada, pelo karê no almoço e pela convicção de que as coisas sempre darão certo.

Às amigas Rafaela, Herminda e Aline, foi muito mais divertido passar por tudo isso com vocês.

Aos amigos Carla Bianchini e Lucas Casagrande, obrigada por todo o apoio e trocas.

Aos professores Francis Kanashiro Meneghetti, Leonardo Tonon e Giovanna Pezarico. Não poderia ter tido mais sorte em outro programa de mestrado.

Agradeço também a todas as feridas que carregou, elas que me colocam em movimento.

Agradeço, com profundo carinho.

*Sou quem sou.*

*Inconcebível acaso  
como todos os acasos.*

*Fossem outros  
os meus antepassados  
e de outro ninho  
eu voaria  
ou de sob outro tronco  
coberta de escamas eu rastejaria.*

***No guarda-roupa da natureza  
há trajes de sobra.  
O traje da aranha, da gaivota, do rato do campo.  
Cada um cai como uma luva  
e é usado sem reclamar  
até se gastar.***

*Eu também não tive escolha  
mas não me queixo.  
Poderia ter sido alguém  
muito menos individual.  
Alguém do formigueiro, do cardume, zunindo no enxame,  
uma fatia de paisagem fustigada pelo vento.  
(...)*

***SZYMBORSKA, Wisława.***

## RESUMO

DAHER, S. **Organização e Perspectivismo Ameríndio**: uma possibilidade para multiplicidade conceitual. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, 2020.

O presente trabalho é de natureza teórica e foi desenvolvido a partir do método ensaístico. Apresentamos, em formato de três ensaios, a construção de um exercício de pensamento que classificamos como uma experiência de imaginação. Inspirados por reflexões acerca das necessidades encontradas em agendas de pesquisas da área crítica dos Estudos Organizacionais (EOR), propomos uma aproximação do campo com possibilidade e caminhos teóricos que encontramos na antropologia de Viveiros de Castro e na filosofia de Deleuze e Guattari. A partir de uma leitura da organização como principal objeto no campo dos EOR, e seu entendimento como uma ferramenta que perpetua a manutenção de uma dominação técnica e racional dos processos organizativos, propomos uma reflexão que considera suas contradições e também apontamos para possibilidades de resistência por meio de uma ampliação, flexibilização e reconceituação do termo organização. No primeiro ensaio, refletimos sobre a construção do conceito de organização, sua dinâmica de funcionamento como um objeto da técnica, e propomos uma leitura da organização a partir de uma análise contingencial (que a entende como verbo e não como substantivo), construindo uma ponte para experimentações e reflexões do organizar/organização em realidades outras. No segundo texto, apresentamos o pensamento ameríndio – conhecido como *perspectivismo ameríndio* ou *multinaturalismo* –, destacamos seus principais conceitos e evidenciamos sua relação com a filosofia de Deleuze e Guattari, destacando questões como a *filosofia da diferença*, o *rizoma* e a *multiplicidade*. Encerramos, com o terceiro ensaio, realizando um exercício de experimentação e imaginação do *conceito de organizar* a partir do pensamento ameríndio e da filosofia deleuze-guattariana, sem objetivo de apresentar uma lógica conclusiva, mas de construir um possível caminho de reflexão sobre a abertura do conceito de organização para a multiplicidade.

**Palavras-chave:** Perspectivismo Ameríndio; Rizoma; Organização; Técnica; Multiplicidade.

## ABSTRACT

DAHER, S. **Organização e Perspectivismo Ameríndio**: uma possibilidade para multiplicidade conceitual. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba, 2020.

The present work is theoretical in nature written in the form of an essay. In three articles we present the construction of a thought exercise that we classify as an imagination experience. Inspired by reflections on the needs found in research in the critical area of Organizational Studies (OS), we propose a field approach using theoretical paths and possibilities that we find in the anthropology of Viveiros de Castro and the philosophy of Deleuze and Guattari. Considering the organization as the main object in the field of OS, and its use as a tool that perpetuates the maintenance of a technical and rational understanding of organizational processes, we propose a reflection that considers its contradictions and also points to possibilities of resistance through an expansion, flexibility and reconceptualization of the term organization. In the first article, we reflect on the construction of the concept of organization, its dynamics of functioning as an object of technique, and we propose a contingent analysis view of the organization (considering it as a verb and not as a noun), building a bridge for experimentations and reflections of organize/organization in other realities. In the second article, we present the Amerindian thinking, known as Amerindian Perspectivism or Multinaturalism, highlight its main concepts and show its relationship with the philosophy of Deleuze and Guattari, considering issues such as the philosophy of difference, rhizome and multiplicity. In the third and last article, we end the essay by carrying out an experimentation and imagination exercise of the concept of organizing based on Amerindian thinking and the philosophy of Deleuze-Guattarian, with no objective of presenting a conclusion, but of building a possible way of reflection on the opening of the concept of organization to multiplicity.

**Keywords:** Amerindian Perspectivism; Rhizome; Organization; Technical; Multiplicity.



## LISTA DE ABREVIATURAS

Sigla	Significado
CMS	<i>Critical Management Studies</i>
EOR	Estudos Organizacionais
MC	Metafísicas Canibais
TINA	There is no Alternative

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2</b>	<b>OBJETIVOS DA PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3</b>	<b>ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A ESCOLHA DO MÉTODO.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>O CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO E O (RE)PENSAR DO ORGANIZAR ALTERNATIVO.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>CONCEITOS E REFLEXÕES SOBRE O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO E FILOSOFIA DE DELEUZE GUATTARI PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>5</b>	<b>PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO E A ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES CRÍTICAS E A PROPOSTA PARA UMA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL.....</b>	<b>46</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nosso estudo é fundamentado em bases teóricas, e busca construir uma reflexão sobre o conceito de organização num exercício que classificamos como uma experimentação. Para isso, realizamos uma aproximação entre o campo dos estudos organizacionais, o perspectivismo ameríndio – de Viveiros de Castro (1996; 2004; 2015) – e a filosofia de Deleuze e Guattari (1995).

Assim, iniciamos nosso trabalho refletindo sobre o conceito de organização formal – hegemônico no campo dos Estudos Organizacionais – e sobre as variações e alternativas que o próprio campo apresenta a partir desse conceito. Encaminhando a discussão para uma reflexão que busque, em outro contexto, (re)pensar o conceito de organização, no intuito de construir uma abertura para a alternativa que escape da repaginação da lógica formal.

No primeiro ensaio que compõe este trabalho, relacionamos o conceito de organização formal com a discussão sobre a dimensão da técnica – a partir do conceito de técnica de Jacques Ellul (1968). Nesse ensaio, nos dedicamos a apontar as principais características da organização enquanto uma ferramenta que compõe a dimensão da técnica, evidenciando suas contradições. Com esse intuito, apontamos questões como a degradação ambiental, a aniquilação de alternativas que escapem da lógica hegemônica e o aprisionamento da imaginação.

Ainda nessa perspectiva construtiva, propomos um modo de pensar que parta do entendimento da organização como um verbo, e não como um substantivo, valorizando assim o ato de se estruturar, ao invés do estado estruturado – como propõe Parker, Fournier e Reedy (2007). A partir dessa leitura, classificamos a organização como uma contingência, um conceito que é algo (dentro da dimensão da técnica), mas que poderia ser outra coisa se pensada por diferente perspectiva.

Essa discussão nos encaminha para o exercício que propomos: uma experimentação teórica na qual buscamos conceitos *outros* – no perspectivismo ameríndio e na filosofia de Deleuze e Guattari (1995) – e os experimentamos/usamos como construtores em nossa reflexão sobre o organizar e a organização.

Assim, o segundo ensaio deste trabalho, traz uma compilação e uma explanação sobre conceitos e pressupostos do perspectivismo ameríndio e da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), que consideramos importantes e que foram utilizados em nosso exercício de experimentação. Essa construção busca introduzir as ideias de *multinaturalismo*, da *equivocação controlada* e da *relação pela diferença*, existente no perspectivismo ameríndio, além de trazer uma descrição geral sobre essa cosmologia indígena.

Relacionamos a esses pareceres a filosofia de Deleuze e Guattari na qual se inserem os conceitos de *rizoma*, de *multiplicidade* e de *diferença*, que são utilizadas na construção teórica do perspectivismo ameríndio. Nessa discussão, buscamos fazer desse segundo texto um espaço que constrói uma aproximação entre o campo dos Estudos Organizacionais e as teorias comentadas.

Por conta do conteúdo que encontramos tanto na construção de Viveiros de Castro (1996; 2004; 2015) quanto na filosofia de Deleuze e Guattari (1995), apontamos que um caminho possível para a utilização do perspectivismo ameríndio seria o das construções das epistemologias do sul, comentadas por Santos (2018).

Por meio dessa ponte, iniciamos nosso terceiro e último texto com o exercício anunciado. Para isso, experimentamos dos conceitos apresentados no segundo ensaio e construímos uma possibilidade de entendimento do conceito de organização com uma abertura para a multiplicidade. Dessa maneira, criamos uma distinção entre o plano virtual (da consistência), que corresponde à potência do organizar, e o plano real (da organização), que corresponde à manifestação da organização enquanto substantivo. Relacionamos assim a organização com os conceitos de rizoma e de multiplicidade, partindo de uma reflexão sobre a cosmologia ameríndia.

Nesse ensaio conclusivo, destinamos um espaço para uma reflexão crítica a respeito da nossa realidade, a partir das ideias de Davi Kopenawa – xamã yanomami – e de Ailton Krenak – porta-voz das comunidades ameríndias no Brasil –, o que promove a coesão entre os conteúdos textuais e o método de pesquisa escolhido para compor a dissertação. Com tal finalidade, utilizamos as descrições dos autores nas obras “A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami” (KOPENAWA; ALBERT, 2015) e “Ideias para Adiar o Fim do Mundo” (KRENAK,

2019). Além disso, trouxemos excertos de relatos dos ameríndios como forma de ilustrar e justificar a crítica ao nosso mundo e à nossa realidade, a partir de vozes outras. Esse diálogo que estabelecemos tem intuito de incitar uma reflexão, principalmente quanto ao que estamos considerando alternativas e transformações. Assim, convidamos o leitor a refletir conosco se essas alternativas de fato rompem com a lógica técnica vigente. Além disso, apontamos algumas possibilidades de aderência ao discurso dos ameríndios com outros estudos, e caminhos possíveis nos Estudos Organizacionais.

Finalmente, encerramos nosso trabalho com apontamentos de algumas possibilidades de estudos e com alertas sobre precauções quanto à aproximação dos Estudos Organizacionais com o perspectivismo ameríndio. Destacamos a importância de que essa temática seja tratada em sua complexidade como uma cosmologia, e que não seja reduzida a propor novas metodologias, mas, principalmente, seja utilizada como uma possibilidade de iluminar nosso mundo, a partir de outra perspectiva, nos levando a questionar nossos pressupostos.

### **1.1 Motivação e Justificativa**

A presente proposta de pesquisa nasceu da inquietação quanto à limitação percebida no modelo técnico, hegemônico e racional da organização técnica e convencional. Preocupamo-nos neste trabalho em multiplicar vieses e apresentar alternativas, em uma tentativa, mesmo que limitada, de intercâmbio e trocas com saberes produzidos em outras áreas do conhecimento, sendo a principal delas a antropologia, a partir do perspectivismo ameríndio.

Partindo da contextualização e da leitura crítica do conceito de organização técnica e hegemônica, construímos um espaço de possibilidade e de aproximação com o perspectivismo ameríndio e com a filosofia de Deleuze e Guattari (1995). Essa aproximação, de cunho teórico e epistêmico, é resultado das indicações e dos apontamentos inspirados nos trabalhos e nas publicações de Eduardo Viveiros de Castro (1996; 2002a; 2002b; 2004; 2015). Motivados pelos objetivos do autor, fazemos deste texto um espaço de reflexão sobre o organizar. Viveiros de Castro (1996; 2002a; 2002b; 2004; 2015) não se desdobra especificamente sobre esse objetivo, contudo, como pesquisa dentro do campo das organizações, propomos

essa reflexão. Buscamos, a partir de suas ideias e das ideias ameríndias, formas menos arrogantes, menos imperialistas, menos devastadoras e menos técnicas de interpretar, relacionar, produzir e organizar.

A presente proposta de pesquisa se inspira também na perspectiva decolonial. Não assumimos uma postura única e exclusiva de aproximação teórica, mas, respeitando uma linha epistemológica crítica, buscamos aproximações e saberes que nos permitam multiplicar o organizar como conceito, em concordância com a problemática e com os objetivos específicos da pesquisa.

Pensar outro modo de organizar, que não voltado a reformulações e flexibilizações do modelo burocrático hegemônico, tem se mostrado uma necessidade no campo dos estudos organizacionais. Classificamos então nosso trabalho em uma linha de pesquisa que intitulamos de formas alternativas de gestão – um estudo voltado para um novo/outro organizar. A alternativa é entendida como possível perspectiva oculta e ausente, entretanto já existente. Desse modo, buscamos levar a sério os conhecimentos relatados nos estudos sobre o perspectivismo ameríndio.

Propomos uma aproximação com os povos originários, mas não no sentido de apropriação ou de relato, e sim, uma aproximação que procura respeitar, compreender e aprender, construindo assim um intercâmbio entre a lente interpretativa e a direção da crítica: a crítica é para a nossa realidade, e a lente é a perspectiva do outro.

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma reflexão crítica que contribua para as propostas de estudos que buscam conhecer e apontar alternativas à lógica técnica hegemônica de organização. Fazemos isso a partir de um exercício de experimentação de conceitos advindos da cosmologia indígena (conhecida como perspectivismo ameríndio) e da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), tendo como intuito iluminar nossos próprios pressupostos, quanto ao que definimos e conhecemos como organização, por meio de uma perspectiva *outra*.

### 1.3 Estrutura da Dissertação

O presente trabalho encontra-se dividido em três ensaios teóricos com pressupostos que constituem uma coerência, ou seja, foi constituído por meio do método ensaístico no qual a primazia é o auto-exercício da razão. O primeiro texto, "O conceito de organização e o (re)pensar do organizar/organização alternativo", demonstra esse objetivo ao incitar no leitor a reflexão a partir do conceito de organização formal, relacionando-o com a dimensão da técnica, e sobre o que entendemos como alternativa no campo dos estudos organizacionais atualmente. O segundo texto aborda "Conceitos e reflexões sobre o Perspectivismo Ameríndio e filosofia de Deleuze Guattari para os Estudos Organizacionais", apresenta os conceitos e as definições do perspectivismo ameríndio e da filosofia deleuze-guattariana utilizados em nossa experimentação teórica. Por fim, o terceiro ensaio, "Perspectivismo ameríndio e a organização: reflexões críticas e a proposta para uma multiplicidade conceitual", apresenta a reflexão e a experimentação realizada para a proposta de uma abertura do conceito de organização para multiplicidade, além de construir uma crítica aos nossos modos organizativos a partir das vozes dos povos ameríndios. Por fim, encerramos nossa pesquisa com as considerações finais sobre a temática e o trabalho.

## 2 A ESCOLHA DO MÉTODO

*“seguir todas aquelas possibilidades que o caminho esquece, que o protocolo obstrui, que o método reprime”  
(HABER, 2011, p. 29).*

Diante de nossas motivações, do objetivo de pesquisa e das reflexões sobre a temática, caminhamos para a escolha do método ensaístico para realizar nosso trabalho. A escolha do método se deu a partir da necessidade de flexibilização, do compromisso com a reflexão crítica e de uma construção teórica que tivesse, em primeiro lugar, o compromisso de explorar e de experimentar os caminhos possíveis, ao invés de seguir um caminho pré-determinado.

De acordo com Meneghetti (2011), um ensaio não requer um sistema ou um modelo específico, ele permite a busca por novos enfoques e procura refletir sobre os próprios sistemas e modelos. Em um ensaio o objeto exerce primazia, de acordo com o autor, estando em permanente interação com a subjetividade do ensaísta. Trazemos assim em nosso texto, interações com as reflexões desenvolvidas, como ensaístas, e as fazemos a partir desse método com o objetivo de não aprisioná-las em roupagens pré-determinadas que poderiam descaracterizar o perspectivismo como nosso objeto.

Optamos por uma construção ensaística, pois acreditamos que seja necessária para a realização de um exercício de experimentação de conceitos que possibilite a tentativa de compreender o fenômeno e conhecer o objeto, podendo assim, a partir da análise do fenômeno, modificar a compreensão do objeto (MENEGETTI, 2011). Modificar a compreensão do objeto é nossa proposta como pesquisa, experimentar de uma outra perspectiva, refletir sobre nossos pressupostos e conceitos, e propor um caminho possível a partir dessa experimentação.

Ainda, com a aproximação do campo dos Estudos Organizacionais, com uma outra cosmologia e numa proposta de construção crítica a partir disso, o ensaio se mostra uma metodologia que permite essa transcendência do óbvio, como afirma Meneghetti (2011, p. 326):

O ensaio é a transcendência do óbvio, de tudo o que tende a tornar-se senso comum, pensamento corrente. É tentativa de superação da relação entre tempo e espaço presentes na racionalização de uma realidade. É o pensar sobre algo que experimenta o objeto nas suas múltiplas



possibilidades dentro de uma totalidade que não precisa apresentar-se de forma totalmente cognoscível.

Além disso, não temos como proposta um imperativo da objetividade e de construir uma discussão exaustiva e conclusiva sobre nosso objeto. Desde o princípio, nossa intenção é a de experimentá-lo em sua multiplicidade. Como propomos, a relação entre diferentes áreas do conhecimento, Meneghetti (2011) também destaca que o ensaio é um importante recurso para ampliar a interdisciplinaridade, por conta de sua construção a partir de relações intersubjetivas.

Assim, escolhemos o ensaio também como um caminho de transgressão, por romper com uma lógica construtiva tradicional do conhecimento. Enclausurar nosso objeto em um método conclusivo, por conta da própria característica do objeto, seria um epistemicídio – como afirma Viveiros de Castro (2015). Encerramos esta seção sobre a escolha do método com a citação de Meneghetti (2011, p. 331), que sintetiza nossa argumentação:

O ensaio na administração possibilita a transgressão lógica, tão importante para o rompimento com a razão tradicional, alicerce da ciência tradicional. Os ensaístas da administração são convidados à experimentação do objeto por meio da reflexão negativa, com o princípio da não-identidade.

### 3 O CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO E O (RE)PENSAR DO ORGANIZAR ALTERNATIVO

Este ensaio tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o conceito de organização, por meio de um resgate e uma revisão sobre o conceito de organização formal, e a proximidade desse conceito com a dimensão da técnica. A partir disso, introduzimos uma discussão a respeito do conceito de técnica e destacamos suas implicações e contradições. Desse modo, buscamos estabelecer uma ponte ou uma abertura para pensarmos sobre as organizações ou modos de organizar alternativos, que pertencem a dimensões de conhecimentos *outros*, como um exercício de buscar possibilidades que fujam da lógica de repaginação dos modelos burocráticos e técnicos já existentes.

A primeira seção deste ensaio tem como objetivo um exercício de delimitação e escolha do que propomos como organização, conceito que relacionaremos com a questão da enunciação e da preferência. Portanto, sugerimos, inicialmente, uma reflexão sobre o histórico, a construção e a consolidação do que definimos como organização formal, entendendo que, nesse caso, a qualidade formal vem acompanhada da designação daquilo que é considerado conhecimento acríptico dentro do campo dos estudos organizacionais.

A organização, em sua concepção formal, é apresentada pelas definições *mainstream* como um substantivo, aquilo que tem forma e delimitação e carrega consigo atributos específicos, como a burocratização, a autoridade, a produção, o objetivo comum e a busca pelo crescimento, pela eficiência e pela *performance* (BLAU; SCOTT, 1979; PARSONS, 1956; WEBER, 2009). Para que algo se denomine como organização, neste contexto, são estipulados alguns pressupostos, como a união de pessoas e a ordenação sistemática e racional da escolha de meios e fins visando um (suposto) objetivo comum (BLAU; SCOTT, 1979; PARSONS, 1956).

A literatura a respeito das teorias da organização sofreu grande influência das contribuições de Weber (2009). A partir da teoria weberiana, temos a delimitação dos sistemas de dominação – burocrática, patriarcal e carismática – que até hoje servem de base sólida para construir e sustentar os principais conceitos e definições

a respeito da organização (BOEHS, 2017). A contribuição de Weber (2009) contém ainda a construção de uma clara diferenciação entre as organizações empresariais e as relações comunitárias, estabelecidas entre grupos familiares, por exemplo.

Weber introduz uma ampla descrição da *ação social* e a classifica em três tipos ideais de *relação social*, que se dão a partir de: (i) propósito de imposição da vontade sobre terceiros, essa conhecida como *relação de luta*; (ii) sentimento subjetivo de pertencimento existente em um grupo, chamada de *relação comunitária* e (iii) interesses racionalmente motivados com relação a valor ou fim, conhecidas como *relações associativas*. Nesta última categoria se encontra a organização formal, que diz respeito à preponderante denominação de organizações assumidas e impostas como modelo dominante nas relações políticas, administrativas e de mercado (WEBER, 2009).

Após as definições de Weber (2009), tivemos inúmeros autores influenciados por sua ampla conceituação – que são responsáveis pelo desenvolvimento e pela replicação, flexibilização e tradução do que hoje entendemos e reproduzimos como organização formal – sendo alguns destes: Kalberg (1980), Parsons (1956), Bendix (1956), Habermas (1984). De acordo com Boehs (2018), essa reinterpretção dos conceitos weberianos foi dividida em duas correntes de investigação: “a primeira, estabelecida por meio das relações formais orientadas por uma racionalidade instrumental; e a segunda, pelas relações sociais de uma comunidade orientada pela tradição e afeto” (BOEHS, 2018, p. 600). Desse modo, temos uma distinção entre dois universos: em um deles, as ações e relações são ordenadas pela ação racionalizada, pelas relações formais e pela lógica de mercado; no outro, temos as relações comunitárias e afetivas, permeadas por aspectos culturais. Assim, cada uma dessas vertentes constrói seus caminhos separadamente.

Seguindo a trilha dessa construção acerca de como historicamente chegamos a concepções do que seria a organização formal, reconhecida e aceita pela lógica funcionalista presente nos Estudos Organizacionais, temos a publicação de Parsons (1956), na *Administrative Science Quarterly*. Nesse estudo se construiu uma delimitação a respeito de “quais organizações merecem ou não a atenção do campo de estudos vinculado a uma pretensa sociologia das organizações” (BOHES, 2018, p. 603).

Juntamente com Parsons (1956), autores como Etzioni (1961) e Blau e Scott (1979) contribuíram para fundamentar o rígido, cartesiano e funcionalista conceito de organização formal. Para os autores, dois aspectos fundamentais são considerados para a concepção da organização: o caráter normativo evolutivo e os propósitos racionais. Seguindo a ideia construtiva desses dois conceitos, é possível debruçarmo-nos sobre concepções que permeiam o universo desses tipos de organização. Quanto ao caráter normativo evolutivo, temos: liderança, desenvolvimento, recurso, melhoria contínua, qualidade e gerenciamento. Já sobre os propósitos racionais temos: estratégia, eficiência, eficácia e produtividade.

Portanto, a partir dessas definições, quando introduzimos o conceito de organização formal, somos levados a refletir sobre as conexões inerentes a esse conceito, como a ideia de mercado, por exemplo, uma vez que a organização formal é voltada para a manutenção de uma economia de mercado. De acordo com Berthoud (1992), os princípios do mercado são discretos e explícitos ao mesmo tempo. Para o autor, dentro da lógica vigente, a única alternativa proposta para escapar da burocracia insuportável é garantir uma vida material minimamente decente para todos. Sendo assim, a acumulação de capital é requisito para o funcionamento das organizações dentro da lógica apresentada por Berthoud (1992). Desse modo, mercado não é apenas um lugar, mas torna-se um princípio.

Curioso é que, em suas inúmeras contradições, aparentemente e irresistivelmente, o mercado ainda parece o único caminho possível para o desenvolvimento, apesar de inúmeras dificuldades e retrocessos. Argumenta-se, com bastante naturalidade, que se alguém quer melhorar a condição material das pessoas, especialmente das pobres, deve optar pelo capitalismo (BERTHOUD, 1992).

Desse modo, na lógica de acumulação de capital e de economia de mercado, há a premissa de que as corporações e os seus direitos estão acima dos direitos da natureza e da população. Para isso, cria-se um cenário sistemático de “desastres” e catástrofes ecológicas. Assim, mantém-se uma estrutura organizacional em que a escolha, inclusive dos alimentos que são estocados e comercializados, é feita com base em uma lógica eficiente de acumulação (SHIVA, 2013). Recursos como água e sementes estão sendo privatizados em nome de uma necessidade de controle, que

tem como objetivo o lucro. Até mesmo a emissão de gases atmosféricos é privatizada. Há um discurso vazio em prol da sustentabilidade, que é praticada por conta dos benefícios econômicos e pelos diferenciais que são agregados a uma organização. Dessa forma, não se é sustentável pela essência do que o conceito de sustentabilidade alude e, sim, porque é economicamente viável, e qualquer movimento que confira um resultado diferente desse coloca a organização em posição de desvantagem mercadológica, e logo se renunciam às práticas ecológicas alicerçadas em diálogos frágeis (SHIVA, 2013).

De acordo com Berthoud (1992), a lógica imposta pela economia de mercado cria estrategicamente três classes de pessoas: (1) uma pequena classe de ultra ricos, que pode acumular muita riqueza e gastar ostensivamente; (2) uma classe média, representada por aqueles que equilibram a produção e o consumo, e (3) uma classe de pobres, excluídos da partilha de riqueza e preocupados com problemas de mera sobrevivência (BERTHOUD, 1992).

Shiva (2013), ao falar sobre a incoerência do discurso produtivista e eficiente das grandes corporações, denuncia que apenas 28% da produção agrícola do mundo vêm das grandes indústrias e que essas são responsáveis por 75% de destruição ecológica do planeta. Ou seja, 72% da produção agrícola mundial, que supre a “fome da humanidade”, vêm de pequenas fazendas e produções. Dessas não se ouve falar e tampouco recebem incentivos; pelo contrário, a burocratização e as privatizações criam um cenário de instabilidades e de impossibilidades para os pequenos produtores, especialmente quando se trata da produção de alimentos.

É nessa lógica de mercado, de acumulação e de eficiência, que se encontra a organização formal. A organização formal é uma ferramenta que perpetua um modelo de funcionamento, e que **cria sistematicamente desigualdades sociais, desempregos, fome e desequilíbrio ecológico** (BERTHOUD 1992; SHIVA, 2013). Parece, entretanto, estranho admitir com tamanha facilidade tantas contradições e, mesmo assim, perceber que há pouca resistência à lógica vigente.

Diante das contradições evidenciadas nesta pesquisa, que se revelam pautadas por um pano de fundo racional, introduzimos o elemento central na concepção do que já foi definido anteriormente como organização formal: o elemento da **técnica**. Tanto nas concepções weberianas quanto nas interpretações modernas

da organização formal, o elemento comum dessas organizações é o elemento da técnica. Esta que permeia toda a lógica de construção, relacionamento, produção e objetivo da relação que ali se dá. Quando nos propomos a caracterizar a organização formal, apresentamos a lógica de funcionamento (economia de mercado) em que essa organização está inserida, abordando o conceito de acumulação de capital como responsável pela manutenção da dinâmica exposta. A lógica de mercado, bem como da acumulação de capital, são produtos da apropriação **técnica** para interpretação e construção da vida na modernidade.

O conceito de técnica apresentado aqui tem sua base na produção de Jacques Ellul. Segundo Ellul (1968), a técnica é característica que permeia todas as áreas da vida humana. Para o autor, dizer que a técnica se restringe às ações que envolvem *movimentos*, por exemplo, exclui de seu alcance o planejamento econômico. O autor, ao concordar com a técnica como *organizada*, discorda completamente de sua característica *tradicional*: diz que não é mais possível na modernidade afirmar que ela repousa na tradição. Pelo contrário, ele contesta afirmando que: “A técnica tornou-se autônoma, e constitui um mundo devorador que obedece às suas próprias leis, renegando toda a tradição” (ELLUL, 1968, p. 13). Ellul (1968) afirma que para entender o *fenômeno técnico* que sustenta o que ele apresenta como **técnica** a qual nos referimos, é preciso admitir que a técnica empregada em todas as nossas atividades funciona como o método (meio) utilizado para atingir um resultado. Sendo assim, a técnica em suas diferentes formas e aplicações constitui um conjunto de meios.

Ellul (1968) caracteriza o trabalho que utiliza determinada técnica para atingir um resultado como *operação técnica*. Portanto, não é a atividade que se utiliza da técnica como método que nos referimos quando falamos de *fenômeno técnico*. O fazer, a partir da técnica, não é o fenômeno técnico, mas sim a dupla intervenção da consciência e da razão no fazer; isso é o fenômeno técnico. Ellul (1968) caracteriza essa dupla intervenção como “fazer passar para o domínio das ideias claras, voluntárias e raciocinadas o que era do domínio experimental, inconsciente e espontâneo” (ELLUL, 1968, p. 20).

Essas intervenções da razão na operação técnica despontam em duas principais consequências: (a) por um lado, a razão multiplica as operações técnicas

com grande diversificação, criando novos meios de trabalho e explorando racionalmente as possibilidades de experimentações; (b) por outro lado, a razão mensura, quantifica e qualifica, medindo as atividades a partir do fim preciso da técnica, que é a eficiência. Dessa forma, reduz os meios que ela mesma multiplica a um único: **o meio que é efetivamente mais eficiente**. Assim, o autor caracteriza o que aqui chamamos de técnica a partir da seguinte afirmação:

Vemos, pois, que essa dupla intervenção no mundo técnico, que produz o fenômeno técnico, pode resumir-se na “procura do melhor meio em todos os domínios”. É esse “best one way” que é, a rigor, o meio técnico e é o acúmulo desses meios que produz uma civilização técnica” (ELLUL, 1968, p. 21).

Desse modo, ainda de acordo com Ellul (1968), existe uma técnica na organização, assim como existe uma técnica na amizade e uma técnica na natação. A **técnica** que permeia a organização formal é embasada em duas características apresentadas por Ellul (1968): a autonomia e a eficiência.

Agora, podemos voltar à questão apresentada anteriormente: por que há tão pouca resistência à lógica vigente na organização formal? Nesta discussão apontamos que a resposta está na **técnica**. Isso porque a lógica que permeia a organização formal é a mesma que permeia as outras dimensões da vida humana na modernidade, inclusive os afazeres do dia a dia, as relações afetivas e, até, a construção da ciência. Lógica essa que, de acordo com Ellul (1968), possui autonomia para excluir de suas possibilidades tudo aquilo que se apresenta de forma racional menos eficiente no objetivo da acumulação de capital e da manutenção do mercado como entidade.

Ivan Illich (1976), inspirado pela crítica de Ellul (1968), apresenta as instituições modernas (incluindo nelas a organização formal) como o âmago do problema humano. O autor afirma que as instituições criam certezas que, se levadas a sério, entorpecem os ânimos e algemam a imaginação (CASAGRANDE, 2018; ILLICH, 1976).

Para Illich (1976), a institucionalização possui consequências inerentes, entre elas: a poluição, a polarização social e a impotência psíquica. O argumento de Illich (1976) corrobora com as contradições apresentadas por Shiva (2013) quanto à destruição ecológica, bem como vai ao encontro das ideias da autora quanto à

**ausência de possibilidades** “vendidas” pelas organizações. Para Shiva (2013), existe uma série de falsos pressupostos – que a autora se refere como construção de mitos – que permitem a dominação de um sistema ecologicamente destrutivo. Shiva (2013) diz que se espalha na ilusão de *“there is no alternative”* (TINA). Do mesmo modo, Illich (1976) fala sobre o aprisionamento da imaginação, pois, a partir da institucionalização, o ser humano transfere a autonomia do corpo para a dominação da organização formal (CASAGRANDE, 2018; ILLICH, 1976; SHIVA, 2013). **Portanto, caracterizamos a dimensão da organização formal como uma dimensão permeada pela técnica e, ao mesmo tempo, aniquiladora de possibilidades/experiências fora dessa lógica.**

Diante da organização formal, e suas características e contradições, nos deparamos com a questão da narrativa social por trás dessa construção. O *mainstream* progressista das teorias sociais do século XIX fez uma leitura positiva da evolução técnica, bem como do progresso industrial. Até mesmo os opositores radicais do capitalismo industrial, Marx e Engels, não renunciavam ao fato de que o progresso social estaria aliado ao progresso técnico (BRUSEKE, 1998).

O primeiro surto de crítica cedido à visão progressista da técnica aconteceu quando essa foi utilizada em larga escala em um conflito militar. A aviação militar, os submarinos e os navios cargueiros, mesmo que ainda pouco desenvolvidos, mostraram-se como novidades técnicas para facilitar a matança (BRUSEKE, 1998). Após o cenário catastrófico da Segunda Guerra Mundial, e o da demonstração da guerra em sua condição de *“best one way”*, Heidegger desenvolve uma crítica filosófica à técnica moderna.

Essa crítica refere-se a vários aspectos, em especial a materialização, a homogeneização, a funcionalização, a polarização entre sujeito e objeto, ao cálculo, a imposição e a vontade de dominação, a fabricar e manusear, ao consumo e a substituição (cf. Brüseke, 1997). Heidegger, lançando essa crítica a partir de 1936, entende a sociedade contemporânea como presa no desocultamento técnico do Ser. Este desocultamento técnico, apesar de possibilitar um certo acesso ao Ser admitido por ele mesmo, deixa sempre algo no escuro. O Ser subtrai-se (*entzieht sich*) no mesmo processo que desoculta-o tecnicamente (BRUSEKE, 1998, p. 11).

A denúncia de Heidegger sublinha as afirmações de Ellul (1968), Illich (1976) e Shiva (2013) anteriormente destacadas. Em sua filosofia crítica da técnica, o autor nomeia elementos importantes para os objetivos deste ensaio, como o conceito do



“*Ser que subtrai-se*” – que se mantém escondido – no mesmo processo que o desvela tecnicamente. Aqui aproximamos o *entzieht sich*, de que fala Heidegger, do resultado do processo de dupla intervenção do fenômeno técnico descrito por Ellul (1968). Entendemos a parte que se mantém oculta do *Ser admitido* como sendo a parte excluída pela intervenção do fenômeno técnico; a parte que não é classificada como o “*best one way*” e, portanto, não válida nesta racionalidade.

Buscando aproximar esse “ocultamento” identificado no fenômeno técnico ao campo das organizações, citamos o argumento de Guerreiro Ramos (1981), que em sua obra sobre a “Nova Ciência das Organizações” justifica a necessidade do surgimento de uma nova ciência a partir da afirmação de que a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa. Para o autor, não se admitem as limitações da utilidade funcional da teoria da organização centralizada no mercado. O sociólogo ainda argumenta que a aplicação dos princípios desse modelo a todas as formas de atividade – aqui apresentado como a **técnica** –, dificulta a atualização de possíveis novos sistemas sociais (GUERREIRO RAMOS, 1981). Para Casagrande (2018), uma sociedade cristalizada pela dominação racional e por organizações formais é castradora: de um lado a dominação racional estabelece uma verdade e, de outro, a organização formal toma o tempo do sujeito, impossibilitando novas experiências.

Podemos afirmar então que: (i) a organização formal, tal qual hegemônica e técnica, apresenta contradições não admitidas quanto ao seu funcionamento e, portanto, não questionadas; (ii) dado o cenário denunciado de degradação da vida e da natureza, faz-se necessário olhar para outras possibilidades e experiências de organizar, mesmo que essas sejam negadas pelo sistema hegemônico.

Shiva (2013), ao falar sobre as falsas construções e os mitos de que “não existem alternativas”, diz que as alternativas não só existem como são ecologicamente sustentáveis, socialmente justas e respeitam os direitos da natureza e da humanidade. A autora afirma, em seu discurso, que alternativas são o sistema dominante nas sociedades camponesas e tribais; e o sistema emergente em diferentes partes do mundo da industrialização por conta dos colapsos e rupturas existentes da economia de mercado.

Reconhecemos então que pensar as alternativas é necessário e inerente a qualquer postura que busque analisar a técnica e a organização contemporânea como contingência. Pensá-las dessa forma significa reconhecê-las sob uma perspectiva diferente – um olhar capaz de revelar fragilidades das formas e funções de sentido. Falar da organização e da técnica nessa perspectiva é reconhecer não apenas “o que é”, mas também “o que poderia ser diferente” (BRUSEKE, 1998). Nesse caso, incluímos a reflexão da organização como contingência a partir da definição de Bruseke (1998). O autor afirma:

Perceber algo como contingente significa vê-lo sob uma perspectiva diferente. Um novo olhar pode revelar a fragilidade das formas, das funções e do sentido. Algo é como é, mas, também podia ser diferente. O que sempre se apresentava assim e não diferente, recupera agora as suas possibilidades excluídas que apontam para o ainda-não. A contingência também pode assustar porque ela significa também a experiência temporária da aleatoriedade e da ausência de sentido (BRUSEKE, 1998, p.39).

Na obra *“Dictionary of Alternatives”*, Parker, Fournier e Reed (2007) exploram um conceito de organização que, de acordo com a definição de Bruseke (1998), podemos considerar contingencial. Para os autores, definir organização é eminentemente um ato político, uma vez que essa definição não se restringe apenas à esfera econômica. Assim, é um conceito relevante a todas as atividades humanas e as relações sociais. De acordo com os autores, “Tudo tem que ser organizado, a partir da família, para a cidade, a comunidade, o Estado [...]” (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007, p. 10).

Sendo assim, a organização não se refere apenas a uma entidade fixa – uma corporação ou instituição – mas sim aos processos por meio dos quais institucionalizamos nossas atividades. Propomos, nesse caso, o entendimento da **organização como um verbo, o ato de estruturar**, ao invés de um substantivo, o estado organizado (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007).

Desse modo, ao definirmos organização como um verbo, ao invés de um substantivo, trazemos para o primeiro plano as muitas decisões e escolhas que têm de ser feitas para a estruturação e para a ordenação das atividades humanas. Organizar/Organização depende de escolhas relativas a questões de meios e de fins (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007). Se na modernidade a técnica é o conjunto dos meios e o fim é o resultado da dupla intervenção do fenômeno técnico – que

resulta no caminho único efetivamente mais eficiente –, podemos admitir que esse conceito de organização é capaz de caracterizar a organização formal, e assim fazemos aqui a fim de validá-lo como possibilidade (ELLUL, 1968; PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007).

Entretanto, mostra-se um conceito contingencial na medida em que, em outras condições, perspectivas e racionalidades, assume que o resultado das escolhas relativas às questões dos meios e dos fins são também organização, mesmo que não seja o resultado mais eficiente em sua proposta de ordenamento e institucionalização (BRUSEKE, 1998; ELLUL, 1968; PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007). Nos últimos anos, têm sido registrados esforços quanto à proposição de organizações alternativas, na tentativa de estabelecer pontos de resistência à lógica dominante. Entretanto, se levarmos em conta a abordagem hegemônica nesse tópico, o âmbito da administração tem se limitado a apresentar uma repaginação do modelo burocrático de organização, no intuito de promover adaptação ao mercado em constante modificação (CLEGG, 1998).

Na literatura especializada encontramos possibilidades empíricas que apontam para modelos de organização que, de certo modo, escapam da lógica dominante (COSTA et al., 2018). Percebemos que esse é um grande esforço na construção de possibilidades fundamentadas nos objetivos de contraposição e de resistência. Assim, a abordagem crítica nos estudos organizacionais busca trazer um contraponto, evidenciando que, num contexto em que o foco empresarial é o dominante, considerar iniciativas organizacionais não hegemônicas pode ser um caminho alternativo para a construção de possibilidades.

Contudo, o que normalmente encontramos como alternativa ou como novidade se mostra como uma repaginação de estruturas já existentes. As chamadas novas formas organizacionais fazem parte do contexto da pós-burocracia e da burocracia flexível: construímos uma nova roupagem para o que conhecemos como burocracia capitalista (ADVERSI; SEIFERT, 2018; BARCELLOS; DELLAGNELO; SALLES, 2014; ROTHSCCHILD-WITT, 1979).

Corroborando com essa reflexão, os autores decoloniais nos trazem importantes reflexões acerca da necessidade de pensarmos alternativas para os estudos organizacionais. Destacamos aqui um texto de Ibarra-Colado (2006), no

qual o autor reflete sobre a importância de se repensar alternativas para a delimitação a respeito do termo “organização”. A organização é o objeto principal de estudos no campo, e buscamos – a partir das definições já existentes, num exercício de importação, tradução e falsificação –, como destaca o autor, refletir sobre nossas realidades latino-americanas, presas em definições que foram postas fora de nossa própria realidade.

Os esforços empreendidos nesse campo de pesquisa limitam-se a propor, dentro desse universo fixo e baseado na visão do centro, o repensar de alternativas que escapem à lógica convencional, mas sem de fato ter sucesso, uma vez que nosso próprio objeto encontra-se enclausurado dentro de definições centristas.

A técnica é anterior ao conceito de organização; o mercado e a economia também. Nascemos de um braço da engenharia da administração, que tinha como objetivo estudar a maneira mais eficiente de produção e a disposição da divisão de tarefas e da divisão do trabalho dentro de um sistema produtivo. Importamos um conceito que nos diz como devemos ser, já nos apontando o que não somos, e importamos, assim nossos problemas, e também, teoricamente, nossas soluções. Como afirma o autor:

Quando consideramos os problemas de nossos países através dos olhos do Centro, o que nós estamos de fato fazendo é aceitar sem reflexão os problemas do Centro em seu esforço de submeter e dominar a região. Deste modo, vemos o esforço contínuo do Centro em nos impor a ideia de modernização como a única opção disponível, porém, assim como acontece com qualquer tipo de empréstimo, as taxas de juro sempre são enormes. Essa dependência inútil dos conhecimentos do Centro (inútil porque os problemas que a modernização se propõe a resolver ainda estão entre nós, e agravados) enfatiza a urgência em passar da tradução e da imitação para uma criação tanto original quanto emancipada. Só então seremos capazes de quebrar nosso silêncio e iniciar uma transformação real (IBARRA COLADO, 2006, p.466).

O autor destaca a aceitação da visão do centro, a respeito de nossas formas organizacionais, resulta em uma dominação e uma submissão que nos deixa como única opção possível a modernização. Nesse caso, as ideias de Ibarra-Colado (2006) se direcionam à crítica construída por Berthoud (1992) a respeito do mercado, e também com a construção de Shiva (2013) a respeito do mito de que TINA (*there is no alternative*). O autor aponta para uma necessidade, uma urgência, em romper com o silêncio e iniciar uma verdadeira transformação.

Neste caso, seria possível uma transformação a partir de rearranjos dentro do espectro organizacional técnico e formal? Seriam as organizações solidárias, colaborativas, artífices, essa transformação que rompe com esse silêncio? Estariam essas organizações de fato distantes da lógica do mercado, ou seriam elas uma reprodução ainda mais refinada da lógica da técnica em que até mesmo os afetos são objetificados?

Estamos em busca de uma proposta de alternativa que não se situa em reformulações e em flexibilizações, mas em *outras* formulações (BARCELLOS, 2012; BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010; PARKER, 2002). Uma experiência, mesmo que pautada em um exercício filosófico e utópico, só é possível a partir da experimentação do imaginar a organização, nesse caso a organização como objeto de estudos do campo, em um contexto que fuja da lógica da técnica e da racionalidade do mercado.

Pensar a organização como contingência, mas colocá-la em um contexto outro, mesmo que em uma experimentação descritiva e não conclusiva, para que a partir dessa observação possamos repensar nossas próprias conclusões e definições acerca do nosso objeto. Preferencialmente, como aponta Ibarra-Colado (2006), por que não pensar e fazer esse exercício em um campo de saber que reflita sobre a ancestralidade da América Latina?

Propomos que exista uma experiência empírica ou teórica, de exercício e experimentação sobre o conceito da organização em outras realidades, que fuja, de preferência, completamente da lógica da acumulação de capital e crescimento econômico (LATOUCHE, 2009; SEIFERT; VIZEU, 2015), divisão racional técnica do trabalho (ELLUL, 1968; ILLICH, 1976; WEBER, 1982).

Seria ousado, portanto, propor um repensar do objeto principal do campo dos estudos organizacionais, mas nos parece inevitável que isso aconteça para que se tenha uma ciência que está comprometida primeiramente com o organizar em si, com a organização em suas possibilidades, e não com o resultado e eficiência da prática organizacional dentro de um contexto específico.

De acordo com Tsoukas e Knudsen (2003), quando falamos do estudo do conceito da administração, temos a construção de um conceito constituído pela linguagem, que emerge de um mesmo conjunto particular socialmente definido de

interpretações e significados – aqui apontamos como a dimensão alcançada pela técnica. Neste caso, temos então que sujeito e objeto nos estudos organizacionais são espaços conceituais simétricos, pois ambos são constituídos pela linguagem e possuem uma relação a partir da prática comparativa das semelhanças. Além disso, o conceito de organização, como resultado da linguagem, foi historicamente constituído por sociólogos norte-americanos, como destacamos anteriormente, e como enfatiza Ibarra-Colado (2006) em sua discussão sobre a importação do conceito para a realidade latino-americana.

Desse modo, refletimos também a respeito da estrutura do próprio campo científico, que é também, tanto quanto o mercado ou a organização, resultado de uma estrutura técnica de conceitos. Os próprios conceitos, no ato anterior à aplicação de seu estudo, no próprio momento de concepção e definição, são resultados de um processo de inclusão e de exclusão na medida em que define as fronteiras de significação e seleciona os processos e os objetos mais importantes a serem estudados.

Quando nos atentamos em avaliar a construção léxica e semântica do termo organização, temos a questão da aplicação do sufixo “ção”, que deriva da ideia de ação e processo. Pensar a “Organização”, portanto, significa pensar uma ação presente no “organizar”. Ainda, o termo é dotado do radical “organismo”, que deriva da biologia e pode ser definido como um sistema em que partes mutuamente adaptadas funcionam juntamente para manter um todo. Por ser pensada como um organismo, a organização herda alguns elementos como crescimento, reação e adaptação. Entretanto, quando pensamos na ideia de organismo, nesse sentido, estamos nos referindo a uma concepção arbórea e fechada de organismo, que pode ser definido por uma unidade que compõe o todo que corresponde ao somatório das partes (MATITZ; VIZEU, 2012).

De acordo com Rios (1986), o termo organização possui um duplo sentido primeiramente está ligado à ideia de ordem e sistematização e, em segundo plano, está relacionado a um processo social de coordenação de trabalho. Desse modo, esse tipo de concepção avança em muitos pontos para a ideia geral de que a organização está relacionada com a ação de indivíduos que se relacionam para um

determinado propósito, uma suposição básica que não passa também de uma inserção na ideia do que é organização.

A partir dessa reflexão, pretendemos assumir a organização, em seu conceito, como contingente – como algo que poderia (pode) ser diferente – e propomos, nesse sentido, pensar suas outras possibilidades. Assim, como nos aponta Parker, Fournier e Reedy (2007), num exercício de imaginação, assumimos a utopia como um princípio de esperança. Propomos uma aproximação teórica entre o campo dos estudos organizacionais e o perspectivismo ameríndio, estudado na antropologia por Viveiros de Castro (2015). Ademais, buscaremos refletir, imaginar e experimentar conceitos da cosmologia ameríndia para repensar nossos pressupostos quanto à organização, em um contexto outro que se distancie da dimensão da técnica que aqui apresentamos.

#### **4 CONCEITOS E REFLEXÕES SOBRE O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO E FILOSOFIA DE DELEUZE GUATTARI PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**

Este ensaio tem como objetivo apresentar os principais conceitos a respeito do perspectivismo ameríndio – assumindo essa cosmologia como um espaço possível para reflexões filosóficas. Fazemos esse exercício, considerando a proposta de pensar alternativas e possibilidades para o campo dos Estudos Organizacionais, portanto, os conceitos que trazemos aqui não contemplam o perspectivismo ameríndio como um todo, destacamos as questões que consideramos relevantes para aproximação entre os campos. Como o perspectivismo, em sua construção teórica, foi traduzido a partir da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), trazemos também nesse texto, os aspectos importantes dessa filosofia que são indispensáveis para a compreensão do perspectivismo ameríndio, e que nos auxiliará em nosso exercício proposto.

É a partir de uma postura de contingência/resistência à organização convencional e à realidade técnica, que propomos o objetivo deste ensaio. Reconhecendo a dificuldade de se pensar novas perspectivas, e de admitir as perspectivas e alternativas já existentes e ignoradas, introduzimos o perspectivismo ameríndio como uma possibilidade para novas experiências na construção do conceito de organizar/organização (CASAGRANDE, 2018; ELLUL, 1968; FERREIRA, 2016; SHIVA, 2013).

Baseados na proposta de Viveiros de Castro (2015), em sua obra “Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural”, aproximamos o conceito do perspectivismo ameríndio ao campo do estudo das organizações. “Metafísicas canibais” (MC), em seu cruzamento entre a antropologia estrutural, a filosofia da diferença e a etnografia ameríndia, enfatiza que se deve “levar a sério” as ideias e concepções ameríndias coletadas etnograficamente. De acordo com Ferreira (2016, p.171), “Metafísicas Canibais” é “menos um livro sobre como os ameríndios pensam e filosofam, e mais um livro sobre como o pensamento ameríndio, respeitado antropologicamente e traduzido deleuze-guattarianamente, pode mudar nossa filosofia”. Com esse intuito, é a partir da construção elaborada conceitualmente



nomeada de “perspectivismo ameríndio” que propomos um caminho possível para um exercício de experimentação:

O perspectivismo não é um relativismo, mas um multinaturalismo. O relativismo cultural, um ‘multiculturalismo’, supõe uma diversidade de representações subjetivas e parciais, incidentes sobre uma natureza externa, una e total, indiferente à representação; os ameríndios propõem o oposto: uma unidade representativa ou fenomenológica puramente pronominal, aplicada indiferentemente sobre uma diversidade real. Uma só ‘cultura’, múltiplas ‘naturezas’; epistemologia constante, ontologia variável — o perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p.239).

Viveiros de Castro (2015) se utiliza da expressão “**levar a sério o nativo**”, destacando que a tratativa dos conceitos ameríndios – enquanto pensamento – rompe, inclusive, com o questionamento que antropólogos/cientistas fazem a si: seria a perspectiva ameríndia um tipo de pensamento? Sim, de acordo com o antropólogo, apesar da suposição que fazemos a partir de nossa própria cosmologia de mundo, de que os índios talvez estejam mais perto daquilo que consideramos natureza humana – e desempenhem um aspecto cognitivo mais basilar do pensamento – que nós, nossos filósofos e grandes pensadores, nos distanciamos dela por conta de um tipo de interpretação técnica e objetiva da vida (e, de acordo com o autor, essa suposição não passa de nossa própria ilusão de ótica).

Para refletirmos sobre o perspectivismo ameríndio – sem nenhuma pretensão e presunção de que podemos pensar *como* os índios, mas num exercício simpático de pensar *com* os índios – precisamos nos lembrar de alguns pressupostos fundamentais de nossa própria epistemologia e ontologia. Como afirma Viveiros de Castro (2015, p.161):

[...] Não podemos pensar como os índios; podemos no máximo pensar com eles. E a propósito – tentando só por um momento pensar “como eles” –, se há uma mensagem clara do perspectivismo indígena, é justamente a de que não se deve jamais tentar atualizar o mundo tal como espremido nos olhos alheios.

Um aspecto importante a ser destacado é o de que nossa própria cosmologia é compartilhada apenas com os humanos, e nós, como humanos, somos dotados de um estatuto duplo nesse contexto. Compartilhamos de um mesmo contínuo material biológico que atravessa o universo – dimensão da vida na qual temos o entendimento que é extremamente extensa e complexa e que talvez nunca

venhamos a ter seu completo conhecimento, mas que sim, existe sempre algo a ser conhecido, descrito e interpretado nela. Em contrapartida, existe uma descontinuidade qualitativa, que diz respeito a um atributo especial, que antigamente chamávamos de alma, mas que hoje nos denota uma qualidade suplementar vinda da cultura, da política, da linguagem e do simbólico. Resumidamente, podemos afirmar que os humanos compartilham com a realidade o fato de estarem na natureza, mas não compartilham com nenhuma outra parte da realidade o fato de estarem também na cultura.

Passamos historicamente de uma ontologia, que antes nos colocava no centro como criatura especial de um criador (teocentrismo), para uma leitura do mundo que nos promove a criadores dos conceitos que descrevem então a criatura que ocupa o centro (antropocentrismo). O que temos então é o entendimento de uma única natureza, compartilhada com todos os seres, e uma pluralidade de culturas, que chamamos de multiculturalismo. Nesse caso, dependendo da cultura de onde falamos e em que vivemos, muda-se a forma como interpretamos essa natureza fixa.

Para os índios, essa interpretação se dá completamente inversa. O substrato universal dos seres vivos – humanos, animais e plantas – é humanoide/antropomorfo, ou seja, a perspectiva ameríndia supõe uma unidade de espírito/cultura e uma pluralidade de corpos/natureza, e não o contrário. Sendo assim, como explana o autor: “A “cultura” ou o sujeito seriam aqui a forma do universal, a “natureza” ou o objeto a forma do particular” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.116). Em sua exemplificação sobre este conceito, afirma:

Em suma, os animais são gente, ou se veem como pessoas. Tal concepção está quase sempre associada à ideia de que a forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma “roupa”) a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.117).

O autor estabelece uma comparação de que nós (ocidentais modernos) assumimos a ideia de uma animalidade biológica e natural nos homens, enquanto os índios assumem a humanidade dos animais. Em suma, o que os mitos ameríndios contam é como essa capacidade (humanidade) passa para seu estado latente, ou é perdida de alguma forma, dependendo da roupa (espécie) que reveste o ser. Os

animais de hoje possuem uma dimensão invisível humana; e os mitos são histórias de especiação e de diferenciação desse contínuo primordial, que é do tipo humano. Sendo assim, Viveiros de Castro (2015; 1996) afirma que os índios são antropomorfistas.

Como comenta Viveiros de Castro (2015), Freud tem diversos trabalhos importantes sobre a questão do animismo, e relaciona o animismo com uma expressão narcísica infantil, em que o homem só consegue ver a si em toda parte, e acredita que todos são como ele, sem ter se dado conta de que ele está sozinho no universo. Entretanto, o que notamos, a partir do perspectivismo ameríndio, não é essa interpretação ingênua a respeito do compartilhar cósmico da humanidade. No perspectivismo, inversamente à nossa realidade, o animismo consiste na ideia de que a subjetividade é a coisa mais distribuída/compartilhada do mundo, ou seja, a condição de sujeito e a condição de ser gente são disponíveis para outros seres vivos para além dos humanos. Já na nossa interpretação técnica e racional, tudo é passível de ser objeto, e assim compartilhamos um substrato pautado na objetificação.

Temos então a construção de um mundo em que tudo é potencialmente humano e, portanto, os seres humanos não têm nada de especial. Em contraponto, a nossa lógica propõe que nada – exceto nós – é humano, e, por isso, estamos no centro desse universo, sendo responsáveis pela interpretação dele a partir da nossa prisão comunicativa, pois somos dotados de uma condição limitada de comunicação com a realidade e com outros seres, uma vez que não permitimos que eles compartilhem conosco a humanidade, por não carregarem o diferenciador mitológico: a razão.

Sendo assim, o que ocorre no nosso mundo é que temos a validação da interpretação de um universo composto de objetos, a partir da vulgata epistêmica ocidental pós século XVII, e que entre todos os objetos existe um específico que, além de objeto, é também sujeito. Ou seja, de acordo com a nossa cosmologia, ser sujeito é um caso especial de objeto. Desse modo, o objeto é o único termo possível de relação de conhecimento realmente adequada: só se conhecem objetos e a forma do outro (daquilo que se conhece) é o objeto, por isso falamos de objetividade. Fazendo uma aproximação dessas afirmações com a discussão de que o nosso

mundo (ocidental moderno) é permeado por uma dimensão técnica racional de conhecimento e de interpretação da realidade, Bruseke (1998) fala sobre a relação e a condição do homem da ciência com o conhecimento das coisas. Ao se referir ao pensamento de Horkheimer e Adorno, o autor afirma que:

O homem da ciência conhece as coisas, somente na medida em que ele pode fabricá-las. Fica muito clara a identificação da técnica com a dominação do homem sobre o homem, i.e. a dominação dos mais fortes sobre a sociedade (BRUSEKE, 1998, p. 22).

Dentro desta lógica, temos que a subjetividade é algo que escapa do conhecimento, tanto que, quando tentamos conhecer a subjetividade, temos que objetivá-la a partir de metodologias. A ideia é a de que se amplia o conhecimento humano a partir do momento em que se é capaz de objetivar a maior parte das coisas. De acordo com, Viveiros de Castro (2015, p. 50):

A epistemologia moderna entende que conhecer “é dessubjetivar, explicitar a parte do sujeito presente no objeto, de modo a reduzi-la a um mínimo ideal (ou a ampliá-la demonstrativamente em vista da obtenção de efeitos críticos espetaculares).

Já em uma epistemologia indígena, ou no perspectivismo ameríndio, o que se considera objeto (para os ocidentais) é sujeito potencialmente humano. Nesse caso, o conhecimento ideal é aquele capaz de determinar em um objeto a sua parte subjetiva (a questão não é mais “o que”, mas o “quem” das coisas).

Outra questão importante para se destacar, quando nos aproximamos do perspectivismo ameríndio, é a **equivocação controlada**. Esse é um dos conceitos epistemológicos importantes apresentados por Viveiros de Castro (2004), que está ligado à teoria da tradução, que acompanha o perspectivismo ameríndio. Para o antropólogo, é fundamental, quando vamos estudar o contexto indígena, que exista uma preocupação e um cuidado com os homônimos enganosos. O autor utiliza desse termo para expandir a análise da língua e da capacidade de relato e de análise nos estudos etnográficos, principalmente. Considerar a equivocação controlada é reconhecer que existe uma diferença de “perspectiva” ou de fundo racional entre o universo que está sendo estudado e o universo do pesquisador.

Nesse caso, não cabe a ideia de que para cada palavra e conceito que exista em uma das realidades existirá como um equivalente na outra, e se existir, pode ser

que não seja a tradução literal dos termos que denuncie essa relação. Para exemplificar a questão, Viveiros de Castro (2004) se utiliza de diversos exemplos, um deles é a tradução da palavra “cunhado”. O autor relata que quando um índio não sabe como chamar um estrangeiro, ele o chama de “cunhado”; nesse caso, o termo é usado para se referir a um outro com quem se pretende ter relações amigáveis. Na nossa cultura é comum que isso aconteça com a palavra “irmão”. O autor destaca que, por estabelecermos uma relação social baseada na fraternidade e na semelhança, a ligação entre o eu e o outro se dá por conta do pressuposto de que existe um terceiro termo superior que os aproxima: pai, pátria, religião, ideologia (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

Portanto, “cunhado” e “irmão”, em cada um dos casos, se referem à mesma coisa, mas de formas completamente diferentes, por conta da perspectiva. Em uma interpretação da relação social baseada na semelhança, chamar o outro de irmão o aproxima como seu igual, espelhando assim no outro o eu – como uma cópia. Já quando existe a relação entre eu e outro, no caso ameríndio, a conexão do índio com o “cunhado”, a que ele se refere, é baseada em uma aproximação dada pela possibilidade de troca, justamente por reconhecer as diferenças entre os sujeitos. Sendo assim, em um estudo que não considere a equivocação controlada, o relato e a comparação desses termos poderiam estar completamente descolados de suas devidas perspectivas, e tratá-los como homônimos incorreria em erro grave (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

A equivocação controlada é crucial para o nosso estudo no que se diz quanto à tradução, comparação e experimentação de conceitos. Nesse caso, o que Viveiros de Castro (2004) afirma é a necessidade de traduzir as ideias indígenas para um vocabulário inteligível para o nosso contexto. É crucial nesse processo que se construam termos a partir da linguagem ocidental que sejam equivalentes ao que é encontrado na realidade ameríndia.

A partir desse conceito, pensamos que uma possibilidade é o exercício de experimentação dos conceitos de organizar e de organização a partir do perspectivismo ameríndio. Entendemos a importância dessa cosmologia como multiplicadora de possibilidades do nosso próprio mundo, como alternativa ou contribuição para alternativas. Ao reconhecer e “levar a sério” a importância dessa

cosmologia, ao refletir o que seria o equivalente a descrição e imaginação de uma organização, utilizando-se dos conceitos do perspectivismo ameríndio, uma pergunta emerge: o que seria a organização nessa cosmologia? De certo modo, parafraseando o estudo de Viveiros de Castro (2015, 2004; 1996), seria possível tentar *pensar com* os índios e responder à pergunta “o que é uma organização?”.

O que Viveiros de Castro (2015, 2004; 1996) faz é responder a essa questão a respeito da Antropologia. O estudo do autor consiste basicamente (se podemos assim apresentar de forma tão reduzida) em tratar da seguinte indagação: se perguntássemos para um índio, dentro da cosmologia do multinaturalismo, o que é a Antropologia, qual seria a resposta? Assim, colocamos como questão e proposta desta reflexão que novas pesquisas na área dos estudos organizacionais possam se desdobrar com o intuito de “levar a sério” o organizar possível/presente nas cosmologias indígenas, especialmente no perspectivismo ameríndio. Para o autor:

A expressão “experiência de pensamento” não tem sentido usual de entrada imaginária na experiência pelo pensamento, mas o de entrada no pensamento pela experiência real. Não se trata de imaginar uma experiência, mas de experimentar uma imaginação, ou “de experimentar o pensamento ele próprio” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.152).

De acordo com o autor, esse exercício se resume a uma ficção controlada a partir da experiência: “a ficção seria antropológica, mas sua antropologia não é fictícia” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 152). Neste caso, ficção significa tomar as ideias como conceitos e extrair delas um solo pré-conceitual. Segundo o antropólogo, tomar as ideias como conceitos significa aceitá-las como potencialmente capazes de um uso filosófico.

Ainda na descrição do autor, um conceito é resultado de uma complexa relação entre concepções. Relação essa que resulta de um agenciamento singular de intuições pré-conceituais: “no caso da antropologia, as concepções em relações incluem, antes de tudo, as do antropólogo e as do nativo – relação de relações. Os conceitos nativos são os conceitos do antropólogo. Por construção, entenda-se” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 157).

Pensamos que não é possível ter um entendimento aprofundado da proposta do perspectivismo ameríndio como cosmologia sem considerar os aspectos da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), que sustentam a construção e a reflexão feita

por Viveiros de Castro (2015, 2004; 1996). Como destaca o próprio autor, parece incrível que a filosofia de Deleuze e Guattari se encaixe tão bem no contexto ameríndio. Salienta, dessa maneira, que, por considerar uma lógica de anarquismo ontológico, o que importa é o mito de partida. No caso do perspectivismo ameríndio, a escolha foi feita pela filosofia de Deleuze e Guattari, mas poderia ter sido outra (não qualquer, mas outra).

Compreendemos que é necessário destacar e sintetizar as ideias da filosofia deleuze-guattariana, sobre os conceitos de rizoma, multiplicidade e diferença. Introduzindo também uma explicação quanto à existência dos planos da consistência e da organização. Esses conceitos não se dão separadamente, mas compõem uma ideia filosófica, e, por isso, os apresentaremos em um emaranhado, a partir de uma construção explicativa.

Começaremos então pelo rizoma, a proposta de rizoma, que se refere à filosofia de multiplicidade de Deleuze e Guattari (1995), na obra *Mil Platôs*, é indispensável para pensar, junto com Viveiros de Castro (2015, 2004; 1996) e com sua descrição do pensamento nativo, a cosmologia conhecida como multinaturalismo ou perspectivismo ameríndio.

A estrutura entendida como rizoma, é um dos primeiros pontos importantes para começar a compreender a ideia presente em Deleuze e Guattari (1995), significa muito mais do que uma mera estrutura vegetativa. Na biologia temos que rizoma corresponde a um caule que cresce horizontalmente que se conecta com vários sistemas de raízes, que se conectam com caules e brotos, que nascem da conexão de um rizoma com outros rizomas. O rizoma sempre se conecta com várias raízes e executa as funções de reprodução e de perenização.

Os autores consideram que o conceito de **rizoma** é um exemplo de sistema descentralizado que existe em instâncias reais e instâncias virtuais. Deleuze e Guattari (1995), consideram que o todo é composto de uma série de máquinas que estão em constante devir, isto é, em constante fluxo de ser. Nesse caso, o rizoma não corresponderia ao agrupamento de máquinas, mas às linhas de fuga que se formam da conexão entre essas máquinas.

Dois aspectos são importantes para considerar o conceito de rizoma: no primeiro, ao contrário da filosofia do ser, Deleuze e Guattari (1995) consideram uma

filosofia do devir oposta a uma filosofia do ser. Ou seja, não apenas o rizoma, mas todo o ser existente está em constante mudança. Sendo assim, tudo está em constante mudança e as relações se dão a partir da **diferença**. No segundo, ao considerar o rizoma como ideia, estamos assumindo a existência de multiplicidades em todo o lugar, assim como o próprio rizoma. Um rizoma não corresponde a um único objeto, mas sim a um múltiplo cheio de complexidades.

O substantivo, para os autores, é uma **multiplicidade**. Essa significa, em seu sentido mais básico, uma estrutura complexa que não faz referência a uma unidade anterior. As multiplicidades não são parte de um todo maior da qual se fragmentam e, também, não podem ser consideradas múltiplas expressões de um único conceito ou único transcendente. Assim,

[...] é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.15).

O ponto crucial, para esses autores, é considerar a multiplicidade em sua forma substantiva, e não como um adjetivo ou como uma multiplicidade de algo. O poder conceitual do Rizoma é que ele pode ser entendido como uma metáfora para a epistemologia e, também, para a estrutura de relações sociais e políticas (e por que não organizacionais?). O rizoma nos ajuda a descobrir novas formas de pensar, formas de conectar, formas de livres associações de conceitos, ideias e pensamentos: seria, dessa forma, um devir pensante esquizofrênico.

Ademais, Deleuze e Guattari (1995) contrapõem a ideia de rizoma com a ideia de raiz: essa corresponde a uma figura centralizadora, ou seja, existe algo maior que conecta o todo e ao qual tudo retorna. O regime arborescente, que corresponde à construção da ciência como um todo e, também, dos Estudos Organizacionais, foi desenvolvido linearmente como um regime de signos, e sua estrutura contém começos e fins, hierarquias, e possuem centros e periferias. No modelo arborescente, esses regimes de significado tentam dominar outros regimes de significado. Em contraponto, o rizoma é um não-regime simbólico, e não-hierárquico, oposto por multiplicidades.



Quanto à descrição de um rizoma, Deleuze e Guattari (1995) destacam seis características fundamentais, sendo elas (1) o princípio da conexão – a conexão é o rizoma – e a (2) heterogeneidade – que diz respeito a sua capacidade de seguir uma linha de fuga longe da hierarquia, o que o torna muito mais eficaz em criar tais conexões. Dessa maneira,

Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro ponto e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore linguística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.14).

Os rizomas possuem o princípio da (3) multiplicidade: eles não têm nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, eles rompem com a singularidade que elimina novas potencialidades. Não existem pontos centrais, existem dois planos metafísicos da multiplicidade: o plano da consistência e o plano da organização.

O plano da consistência descreve as potencialidades – relações de quente e frio, dor e prazer, rapidez e lentidão, eficiência e ineficiência – mas desse plano as coisas só existem como qualidade, não existem sujeitos atribuídos ou relacionados com o plano da organização (esse é o chamado plano virtual) no qual as coisas não chegaram a se tornar reais ainda. O plano da organização é um plano de lei que codifica um plano rizomático.

Os rizomas também possuem o (4) princípio de ruptura a-significante: isso quer dizer que se um rizoma possui uma ruptura em certo ponto, ele simplesmente é capaz de realizar novas conexões, em uma das suas velhas ou novas linhas, por conta de sua natureza descentralizada. Ou seja,

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17).

Os dois últimos princípios do rizoma são a (5) cartografia e a (6) decalcomania. Essas duas características se referem ao problema prático de orientação dentro de uma estrutura rizomática e de negociação entre os meios. A

decalcomania refere-se ao método de formar-se a partir de um processo de negociação contínua com o seu contexto e da adaptação constante por experimentação, realizando assim uma resistência ativa e não-simétrica à organização e às restrições rígidas.

O pensamento técnico e hierárquico estabelece um padrão sobre a realidade, domina pontos para ajustar o traço e descartar ou atacar os pontos que não se encaixam no padrão. Ao contrário, o pensamento rizomático permite que a estrutura e o padrão da realidade surjam por meio de nossa interação e de teste de realidade, aceitando todos os pontos como parte do padrão. O pensamento hierárquico é pintado pelos números, restrito pelas margens, e o pensamento rizomático é a pintura que resulta do exercício de pressionar a tinta sobre dois pedaços de papel, para ver que padrão emerge da interação das texturas.

Por outro lado, a cartografia é o mapeamento de qualquer ponto de orientação dentro de um rizoma. Esse não possui uma estrutura arquetônica, nem um plano central, mas pode ser mapeado e é tanto território quanto mapa. Assim, a cartografia do rizoma pode começar com qualquer ponto de entrada.

O rizoma é emblemático e fala de diferenças que se relacionam entre si, sem distinção entre o indivíduo e a coletividade, o que os separa é um desejo social.

Fazer filosofia é tentar inventar ou criar conceitos. Ocorre que os conceitos têm vários aspectos possíveis. Por muito tempo eles foram usados para determinar o que uma coisa é (essência). Nós, ao contrário, nos interessamos pelas circunstâncias de uma coisa: em que casos, onde e quando, como, etc.? Para nós, o conceito deve dizer o acontecimento, e não mais a essência (DELEUZE; GUATTARI, 2000a, p. 37).

Considerando que introduzimos e contextualizamos os principais conceitos do perspectivismo ameríndio e da filosofia de Deleuze e Guattari, propomos então a aproximação desses com o campo dos estudos organizacionais. Como destacamos na introdução deste ensaio, temos por objetivo pensar outras possibilidades para o organizar e a organização.

Refletindo sobre a metodologia deste possível experimento, concordamos que, para estudar o organizar nessa perspectiva, é necessária uma flexibilização epistêmica, como propõe Santos (2005; 2007) em seu conceito de paradigma emergente. Necessitamos de novas/outras possibilidades de leitura, de classificação

e de interpretação para tratarmos dessa temática com a importância que reconhecemos aqui (SANTOS, 2005; 2007).

Assim, classificamos essa atividade como uma proposta utópica para a construção acadêmica dentro da área de estudos organizacionais. Partimos, entretanto, desse conceito vindo da expressão que Ernst Bloch (1986) chama de “princípio de esperança”. Neste sentido, não nos firmamos sob um entendimento de possibilidade utópica, como uma representação naturalista de boa sociedade ou de um mundo melhor. Mas concordamos com a afirmação de Levitas (2004) de que o que é importante sobre a utopia é menos o que é imaginado do que o próprio ato da imaginação, um processo que perturba o fechamento do presente (LEVITAS, 2004; PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007).

Esse exercício proposto, e aqui anunciado, é incentivo de um processo de experimentação e de imaginação. Concordando com Parker, Fournier e Reedy (2007), podemos afirmar que essas representações fictícias, imaginando um mundo construído sobre "princípios melhores", põe em causa a ordem atual e pode ser visto como experimentos mentais em formas alternativas de organização da sociedade (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007). Nesse caso, também concordamos com Viveiros de Castro (2015), que aponta que “toda experiência de um outro pensamento é uma experiência sobre o nosso próprio” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 96).

Nessa aproximação com o campo dos estudos organizacionais, destacamos a reflexão de Ibarra-Colado (2006) a respeito da importância de reconsiderar as realidades organizacionais, especialmente na América Latina, rompendo com abstrações que os artifícios da “organização” nos traz, o autor afirma:

Então, é óbvio que os estudiosos dos Estudos Organizacionais na América Latina devem romper com aquelas abstrações impostas pelo artifício da “organização” do “moderno” se quiserem reconhecer os modos específicos de organização de seus países e os moldes de racionalidade que os reforçam. Em outras palavras, repensar a problemática organizacional da América Latina atualmente implica a necessária delimitação histórica e cultural de nossa abordagem. É preciso reconhecer a negligência sistemática do conhecimento local que se dá por parte do conhecimento institucionalizado. O que quero enfatizar é que as sociedades latino-americanas podem ser uma coisa nos seus discursos retumbantes e na aparência de seu poder articulado, mas elas são algo muito diferente no silenciamento de suas práticas diárias e de suas estratégias de resistência. Por todas essas razões, é necessário reconsiderar as realidades organizacionais dessas regiões partindo de dentro das tensões entre sua

modernidade imaginada sustentada pelo poder e suas submersas não modernidades constituídas através da vida de suas comunidades (IBARRA COLADO, 2006, p. 474).

Por conta desse exercício de imaginação e experimentação que apresentamos, e da necessidade de reconsiderar as realidades organizacionais silenciadas em contextos outros, nos utilizamos de uma metáfora a partir da definição de xamanismo para exemplificar essa experiência teórica. Entendemos que o xamanismo é conceituado como uma capacidade de cruzar barreiras entre o mundo físico e espiritual, como conceitua Viveiros de Castro (2004, p. 231):

O xamanismo amazônico pode ser definido como a habilidade manifesta por certos indivíduos de cruzar deliberadamente as barreiras corporais e adotar a perspectiva de subjetividades alo-específicas, de modo a administrar as relações entre estas e os humanos. Vendo os seres não-humanos como estes se veem (como humanos), os xamãs são capazes de assumir o papel de interlocutores ativos no diálogo transespecífico; sobretudo, eles são capazes de voltar para contar a história, algo que os leigos dificilmente podem fazer.

Presente na cosmologia e no perspectivismo ameríndio, o xamanismo é essencial para que se possa compreender a dimensão que engloba o perspectivismo ameríndio. Os xamãs são capazes de adotar perspectivas de subjetividades outras – humanas e não-humanas – e, portanto, é por isso que consideramos para este estudo – de maneira metafórica – a possibilidade de propor uma perspectiva xamânica do organizar, com o intuito de cruzar uma barreira entre os conceitos da técnica e da construção de conhecimento em outra cosmologia (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

Ao propormos possível exercício, nos aproximamos do que Santos (2018), em sua obra “O Fim do Império Cognitivo”, destaca sobre a importância de pensarmos a partir de epistemologias do sul. Assumimos o exercício de experimentação de pensamento nativo com uma possibilidade para uma epistemologia do sul.

Santos (2018), afirma que ao reconhecermos a ciência ocidental moderna como um instrumento de dominação – como destaca Ibarra-Colado (2006) – poderíamos ainda incluir aqui a falsificação também do nosso próprio conhecimento. Questionar essa ciência a partir das epistemologias do sul significa questionar necessariamente seu caráter colonial, capitalista e patriarcal. Nesse exercício, Santos (2018) propõe reconhecer a linha abissal criadora de zonas de não-ser, a

mercantilização da vida por meio da exploração do trabalho e da natureza (dois não-bens de consumo), e a desvalorização dos corpos e da vida das mulheres por conta de sua desvalorização social. Como afirma o autor:

Considerar especificamente o caráter colonial das ciências modernas pode, contudo, justificar-se como objetivo de realçar a falsa universalidade que está na base do epistemicídio multifacetado cometido pela ciência moderna (SANTOS, 2018, p. 162).

Ainda, o autor reflete sobre como as questões metodológicas levantadas pelas epistemologias do sul são extremamente complexas, uma vez que exigem um trabalho cognitivo que deve ser efetuado tanto no âmbito de instituições de investigações convencionais quanto nos campos sociais, de resistência contra a dominação:

Quando levado a cabo em instituições convencionais, esse trabalho é certamente encarado com desconfiança e considerado um tipo de investigação não rigoroso, com motivações políticas e, logo, não confiável. Numa altura em que o velho senso comum das instituições, baseado em curiosidade e desapego, está sendo substituído por um novo senso comum que avalia a relevância do conhecimento pelo respectivo valor de mercado (a sua utilidade para procuras sociais solventes) (SANTOS, 2018, p.181).

Tomando como caminho os conceitos e a proposta aqui apresentada, consideramos que para a continuação dessa reflexão devemos aprofundar a aproximação dos estudos organizacionais com o perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, 2004; 1996) e com a filosofia de Deleuze e Guattari (1995). A partir disso, propomos colocar em prática (de modo teórico) o exercício de experimentação que aqui citamos, levando em conta a reflexão e a construção crítica realizada anteriormente sobre a relação da construção do conceito de organização com a dimensão da técnica.

## 5 PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO E A ORGANIZAÇÃO: REFLEXÕES CRÍTICAS E A PROPOSTA PARA UMA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL

Inspirados pelos estudos de Viveiros de Castro (2015) e propondo uma aproximação com o campo das organizações, fazemos desse ensaio um espaço para um exercício de discussão e de experimentação de conceitos que encontramos na cosmologia ameríndia e na filosofia de Deleuze e Guattari (1995). Sendo assim, o texto se divide em três blocos de discussão: (1) o primeiro se refere ao exercício de experimentação de conceitos do perspectivismo para repensar nossos próprios pressupostos quanto à organização, (2) num segundo momento, a partir das vozes das comunidades ameríndias, estabelecemos um reforço a crítica à nossa cosmologia e aos nossos modos organizativos e, (3) no terceiro, refletimos sobre algumas possibilidades e precauções a respeito da aproximação do campo dos estudos organizacionais com o perspectivismo ameríndio.

Partindo de nossa primeira proposta, repensar a agenda das pesquisas críticas dos Estudos Organizacionais vem se apresentando como uma questão frequente e necessária. Principalmente se aproximamos essa discussão com as demandas encontradas nos estudos referentes às organizações alternativas, aos estudos decoloniais e à corrente crítica de modo geral, que emergem com grande força.

Neste ensaio, a partir de um apontamento das principais necessidades encontradas pelas agendas de pesquisas do campo crítico das organizações, propomos um exercício de ampliação, flexibilização e abertura do conceito de organização. Fazemos isso a partir de uma experiência de aproximação do conceito com outras áreas do saber e do conhecimento. Neste caso, nos aproximamos do perspectivismo ameríndio e, conseqüentemente, da antropologia e da filosofia.

Utilizamos as agendas de pesquisas dos estudos críticos (organizações alternativas/decoloniais/*critical management studies*) como um caminho que já vem sendo construído para a aproximação que propomos. Isso não significa que a necessidade de ampliação e de revisão do conceito de organização esteja limitada às demandas somente dessas áreas.

Nossa aproximação se dá a partir de uma conversa com o conceito de perspectivismo ameríndio, de Viveiros de Castro (2015), e com a ideia de *multiplicidade e rizoma*, encontradas na filosofia de Deleuze e Guattari (1995). Porém, antes de introduzirmos a experimentação que nos propomos a fazer, vamos refletir e apresentar quais as necessidades apresentadas nos estudos organizacionais, com o objetivo de construir essa aproximação entre os campos.

Notamos que na área dos estudos críticos existem imensos esforços a respeito da busca por conceitos e por metodologias *outras*. Entretanto, algumas pesquisas apontam para uma necessidade mais elementar no campo, que seria de repensar um *conhecimento organizacional outro* para que possamos fugir de traduções, falsificações e imitações dos pressupostos importados de uma lógica Anglo-Euro-Saxã. Como aponta Ibarra-Colado (2006, p. 466):

Faz-se necessário um diferente conhecimento organizacional, construído a partir da perspectiva da “alteridade”. Ele deve ser original no tocante às suas origens, sem ser resultado de tradução, imitação ou falsificação, e ainda analisar as realidades organizacionais da América Latina a partir da história específica desta, desde sua formação econômica e política até seu vasto patrimônio cultural.

Nos aproximando do campo das organizações alternativas, temos também a publicação de Serva (1993), que realiza uma análise sobre as organizações substantivas. Nesse estudo, o autor aponta a necessidade de considerarmos uma nova ciência que admita a constante mudança, a ciência do devir, para refletir sobre o campo das organizações em uma perspectiva pós-moderna. Nas palavras do autor:

O fenômeno da profusão de organizações substantivas é concomitante com a pós-modernidade. A ciência não sintonizada com a era pós-moderna não oferece condições adequadas para a sua análise e compreensão, portanto insistir com os velhos paradigmas (principalmente, com o funcionalismo) é, no mínimo, permanecer no obscurantismo. Urge uma fundamentação nova, sintonizada com a evolução que a pós-modernidade tem imposto ao mundo. Uma fundamentação que denote uma ciência do devir. Este é o nosso desafio caso queiramos consolidar o estatuto científico da teoria da administração face aos novos fenômenos deste campo (SERVA, 1993, s/p).

Considerando essa colocação, o campo de estudos de organizações alternativas vêm somando esforços com importantes publicações que visam refletir sobre novas formas organizacionais. Nossa proposta é a de fornecer, a partir do

perspectivismo ameríndio, uma possibilidade de reflexão para esse campo. De acordo com o dossiê publicado sobre “provocações epistemológicas, teóricas e metodológicas a partir de experiências empíricas de organizações alternativas e contra hegemônicas” (COSTA et al., 2018), destacamos alguns dos importantes trabalhos que temos nacionalmente no campo:

Dentre eles, Barcelos e Dallagnello (2013), sob a alcunha de novas formas organizacionais, além de outros trabalhos de contorno conceitual específico, como as organizações contra hegemônicas de Zilio *et al.* (2012), as organizações de resistência de Barcelos e Dallagnello (2014), as organizações liminares de Meira (2004) ou as organizações não capitalistas apresentadas no ensaio de Vizeu, Seifert e Hocayen-da-Silva (2015). Vale lembrar os trabalhos de Maurício Serva ainda nos anos 1990, a respeito do que ele chamava – e outros pesquisadores ainda chamam – organizações substantivas (COSTA et al., 2018, s/p).

A partir desses estudos, e considerando as construções realizadas neles, pensamos que o exercício de flexibilizar e de ampliar os conceitos de organização e de organizar pode ser uma maneira de possibilitar novas e outras reflexões, teóricas e empíricas, concordando com a necessidade de pensar a partir de outros paradigmas, e de sair do obscurantismo (SERVA, 1993).

Nesse sentido, a crítica decolonial converge para um ponto comum – o de produzir conhecimentos a partir da perspectiva de *outros*, ou a partir de *outras* perspectivas – para onde os estudos decoloniais caminham. Como afirma Ibarra-Colado (2006), repensar e analisar as realidades organizacionais da América Latina, a partir de seus contextos históricos e políticos específicos, valorizando sua vasta herança cultural, é uma necessidade. Além disso, o autor aponta um caminho possível para esse exercício, sendo este a recuperação de formas cognitivas enraizadas em nossos países:

Portanto, é fundamental analisar os problemas organizacionais da América Latina a partir de sua exterioridade, ou seja: ver a nós mesmos como civilizações colonizadas em busca de nossa própria identidade. Isso se dará por meio do reconhecimento de nossas formas locais de organização e gestão, e ainda por meio da recuperação de formas cognitivas tão profundamente enraizadas em nossos países (IBARRA COLADO, 2006, p. 426).

Os estudos críticos e os decoloniais reconhecem o processo de americanização da gestão como uma forma de colonialidade epistêmica (CALDAS; ALCADIPANI, 2003). Além disso, apontam que o próprio conceito, e a noção de



“organização” em si, denotam uma tendência à homogeneização de diferentes realidades, sendo esse um problema para o campo em que os sujeitos buscam falar de realidades plurais (IBARRA-COLADO, 2006).

Além da característica homogênea associada ao termo, quando falamos de organização, a palavra automaticamente se associa em um primeiro momento à noção de empresa privada, um tipo particular de organização que é preponderante nos estudos organizacionais. Qualquer tipo de organização *outra*, que venhamos a trabalhar em nossa pesquisa, necessita de uma exaustiva explicação e de um reposicionamento no campo, quase que defensivo, para sustentar o substantivo em questão como uma *organização* (com ressalvas, de variações do conceito arbóreo de organização que já são mais difundidas).

Essa necessidade de homogeneização imposta ao conceito dificulta a possibilidade de utilizar o termo *organização* para representar qualquer realidade para além da racionalidade instrumental e da lógica de mercado. Mesmo que já exista uma pluralidade de formas organizacionais, elas compartilham de uma mesma dinâmica técnica, racional e objetiva. Assim, o uso do conceito de organização de forma plural já é uma realidade, contudo ainda em um contexto hegemônico. Como destacam Rosa e Alcadipani (2013, p. 200):

[...] o termo “organização” é muitas vezes pensado como neutro, dando um caráter técnico a qualquer realidade organizacional, enquanto as diferenças substanciais entre igrejas, exércitos, fábricas, governos, corporações e 10 partidos políticos são eliminados sob o termo “organização”.

Os autores realizam uma interessante reflexão sobre a hibridização dos estudos críticos na área dos Estudos Organizacionais no Brasil. Resumidamente, apontam que temos de um lado a linha dos *critical management studies* (CMS), com uma postura política de caráter reformista e uma nítida vinculação com as epistemologias do Norte. E de outro lado, temos como tradição nacional uma abordagem predominantemente marxista, de postura política de cunho revolucionário e uma vinculação com as epistemologias do sul (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Com uma proposta para enfrentar as questões resultantes deste binarismo, os autores apontam como um caminho possível (entre muitos) o de habitar um hibridismo. A ideia de transgredir as fronteiras e ocupar um lugar do meio, assim

evitando os binarismos e deslizando entre os essencialismos, esse é o tipo de postura que buscamos assumir neste ensaio e em nossa experimentação.

A proposta de ocupar um entre-lugar foi também explorada no trabalho de Silvano Santiago (1982). O autor afirma que o intelectual brasileiro vive o drama de ter que optar entre um discurso histórico que o destruiu ou um discurso antropológico que não o explica, mas que fala do seu ser enquanto destruição. Pontua, assim, que o sujeito latino-americano estaria num espaço situado entre o *Nós e os Outros* (ROSA; ALCADIPANI, 2013).

Neste sentido, concordamos com a explanação de Ibarra-Colado (2006), que busca entre essas vertentes formulações *outras* e conhecimentos *outros* para o campo dos Estudos Organizacionais. Mas nessa busca, concordamos em habitar o espaço do hibridismo e carregar conceitos críticos do Norte, epistemologias do sul, e ainda, na questão sobre a escolha de um discurso histórico ou antropológico, também ficamos com os dois.

O estudo histórico, que nos faz reconhecer o que temos hoje como conhecimento validado e reproduzido nos Estudos Organizacionais, e o conhecimento antropológico, a partir de uma noção de antropologia que nos possibilita um exercício de experimentação e uma ruptura com o que consideramos a questão central na colonialidade epistêmica de que somos reféns, nos emprestam um solo pré-conceitual para experimentar realidades *outras*.

Esse exercício de experimentação, como aqui chamamos, é a proposta que a própria teoria sobre o perspectivismo ameríndio nos deixa quanto a uma tradução de pensamento. Experimentação, nesse caso, significa nos utilizarmos de conceitos encontrados no pensamento nativo (na cosmologia ameríndia), para refletir sobre o nosso próprio mundo, especificamente numa aproximação com o campo das organizações.

Consideramos que um exercício de experimentação e de imaginação é fundamental. Conforme afirmam Parker, Fournie e Reedy (2007), imaginar é um processo que põem em causa a ordem atual das coisas e esse é justamente nosso objetivo. Como incentiva Viveiros de Castro (2015), e nos atrevemos a seguir suas indicações, o exercício possível – a partir do momento que nos propomos a *levar a*

*sério* o pensamento nativo – é utilizá-lo como um solo pré-conceitual (um espaço de onde parte os conceitos e ideias) capaz de nos proporcionar um exercício filosófico.

Além disso, o antropólogo também nos deixa indicações, a partir de seu próprio trabalho, ao traduzir o pensamento ameríndio em conceitos da nossa própria antropologia, de que busca num exercício inverso iluminar o nosso próprio pensamento a partir das possibilidades do pensamento nativo. Concordamos também com a afirmação de que “toda experiência de *um outro pensamento* é uma experiência sobre o nosso próprio” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 96).

Assim, o que propomos é um exercício de experimentação dos conceitos encontrados na obra de Viveiros de Castro (2015) e traduzidos a partir da filosofia deleuze-guattariana, que cria um substrato pré-conceitual no qual poderemos refletir sobre a possibilidade da ampliação e sobre uma abertura do conceito de organização para a *multiplicidade*, uma vez que essa demanda vem se apresentando como necessidade no campo.

Nossa questão está para além das escolhas de metodologias, ou das afinidades de discursos políticos reformistas ou revolucionários. Nossa questão, como discurso que habita o meio e pretende existir no equívoco, é com o conceito de organização, que foi produzido em um meio técnico e racional (como apontamos no primeiro ensaio). Além disso, é em oposição a ele que pretendemos somar nossos esforços. Fazemos isso com o intuito de apontar possibilidades, especialmente para a área dos estudos de organizações alternativas, para que se possa pensar em alternativas que fujam da ideia de repaginação desse modelo.

Entendemos que a dominação técnica do conhecimento “nos iça de um lado ou do outro do rio”, para a terceira margem ou para o centro, e ainda faz com que não nos desprendamos de pressupostos básicos como os binarismos, a homogeneização conceitual, a eficiência, a produtividade, o mercado, e a racionalidade instrumental, inclusive como forma de reprodução do conhecimento no campo crítico.

Nosso principal entre lugar, como autores, não é exatamente escolher entre as correntes ideológicas centristas do CMS ou as escolhas metodológicas marxistas dos trabalhos nacionais, tampouco assumir uma preferência puramente decolonial. Nos encontramos em um entre lugar, assim como grande parte das ciências que

questionam universalismos e relativismos. Dessa maneira, nosso lugar não se localiza à margem, tampouco, no rio, estamos no rizoma. Como afirmam Deleuze e Guattari (1995, s/p):

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio.

O primeiro aspecto importante a ser destacado sobre essa experiência é o fato de não termos a intenção e nem o propósito de instaurar uma lógica conclusiva (mesmo que a academia nos exija essa forma de postura). Não seremos conclusivos, pois ao sê-lo estaríamos traindo o nosso próprio experimento e perpetuando a lógica técnica e racional de construção de conceitos, bem como a lógica arborescente como consideram Deleuze e Guattari (1995).

O segundo aspecto, que deve também ser destacado, é que esse exercício de experimentação tem como objetivo a proposta de uma abertura, e ele também não é completo: não será acabado, assim como um rizoma. Nossa intenção é a de possibilitar novas experiências a partir de um mesmo substrato, de um substrato compartilhado, fragmentado, ou outro. O que queremos indicar é que existe a importância de considerarmos um conhecimento organizacional *outro*, formas organizativas *outras*, que, de preferência, coexistam. Ou seja, se estamos produzindo conhecimentos pautados em reduções e em binarismos, e nossas produções críticas continuam crescendo (mesmo que de modo arborescente), se admitimos que para os Estudos Organizacionais é possível considerar uma perspectiva rizomática, então a expectativa é de que o rizoma se reproduza em sua multiplicidade, e talvez, assim, tenhamos a possibilidade quantitativa de discutir mais formas de nos organizar, ao invés de insistirmos em estudos que analisam as formas como já estamos organizados.

Dessa maneira, é fundamental justificar nossa escolha de aproximação com o perspectivismo ameríndio. Como apresentamos anteriormente, autores decoloniais, como Ibarra-Colado (2006), falam sobre a importância de nos aproximarmos da

herança cultural da América Latina a fim de repensar os conhecimentos organizacionais. Pensamos então que nada mais importante do que retomar uma conexão com nossa ancestralidade, não com o intuito de posicioná-la como um pensamento superior, nem com o objetivo de deslocar o centro para ela, mas para apresentá-la como possibilidade. Nessa questão, Viveiros de Castro, em sua obra *La Mirada del Jaguar*, afirma:

Entre las cuestiones indígenas se encuentra, naturalmente, y ya lleva 500 años, la “cuestión de los blancos”, o sea el problema que “Brasil” significa para los pueblos indígenas que viven aquí. Pero “Brasil” es sólo uno de esos problemas prácticos y teóricos que se les presentan a los indios, pues los blancos son sólo una más entre varias especies (aunque una especie espectacularmente problemática) de Otros con los cada sociedad indígena se las tiene que ver: los animales, los espíritus, los otros pueblos indígenas (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 36).

Temos então que, na perspectiva ameríndia, o pensamento de que a questão dos brancos (nós, ocidentais modernos, especialmente) é apenas mais uma questão dentro de todo um espectro existente. A partir dessa ideia, refletimos que nossa postura a respeito das epistemologias do norte, da perspectiva da técnica e do conhecimento organizacional hegemônico, é apenas uma das questões que temos em todo um universo que engloba uma possibilidade de organizar e de organização.

Nesse caso, como descreve o autor em suas passagens, todos os seres possuem, ou têm potencial de possuir, uma manifestação própria de humanidade. A humanidade, entretanto, se apresenta em multiplicidade, pois como essa condição se manifesta depende da contingência da especiação. Contudo, por compartilharem de uma humanidade comum, mesmo que múltipla, os seres se relacionam com o meio e estabelecem relações sociais entre si. As relações se dão a partir da semelhança, dentro de uma mesma espécie, e a partir da diferença, entre espécies distintas.

O que refletimos, neste caso, é que a relação social e a relação organizativa (que diz respeito ao ato de se organizar dentro desse espectro contingente por conta da especiação) se manifestam de dois principais modos: pela semelhança e pela diferença.

Fazendo uma tradução a partir da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), temos que o organizar é uma característica compartilhada no substrato comum humanoide e, portanto, faz parte do plano metafísico da consistência, enquanto a

relação que resulta desse organizar se manifesta a partir das contingências possíveis dentre cada roupa-espécie. Portanto, a organização em si se manifesta dentro de um contexto contingencial, traduzido no *plano metafísico da organização* (neste caso organização refere-se ao termo de Deleuze e Guattari). Nesta manifestação do organizar, na tradução do plano da consistência para o *plano da organização*, temos as duas principais possibilidades de relações associativas que nos referimos anteriormente.

Pensamos então que a manifestação do organizar dentro de uma mesma espécie – que se dá pela semelhança – e as relações organizativas entre seres de espécies diferentes (separados por contingências) – que se dá pela diferença -, podem ser comparadas como diferentes manifestações dentro de uma estrutura rizomática do organizar.

Assim, entendemos o organizar como característica compartilhada, como potência compartilhada, em uma cosmologia que assume todo ser como potencialmente humano e, portanto, capaz de se comunicar com outros seres e compartilhar também modos organizativos com eles. Dessa maneira, entendemos que: (i) **organizar** pertence ao plano metafísico virtual (da consistência), enquanto (ii) **a organização** se apresenta no *plano metafísico da organização*.

Se assumirmos o organizar como uma potência organizativa (uma possibilidade de se organizar) que está presente no plano virtual, então a manifestação desta potência seria a organização. A organização, nesse caso, contaria com uma manifestação em multiplicidade, pois seria apresentada em relação às diversas contingências em que se apresenta. Fazendo uma comparação com a noção de humanidade, que se manifesta de diferentes modos de acordo com cada espécie, a organização também se apresentaria de diferentes modos por conta das contingências que delimitam sua manifestação.

Entretanto, se pensamos a categoria da organização manifesta em multiplicidade e em formato de um rizoma, temos que mais importante do que o estado da manifestação em si, são as decisões sobre início e fim do que vai ser delimitado como organização. Como um rizoma não começa e nem termina, qualquer recorte que busque delimitar uma organização está sujeito a escolha a respeito de seus meios e fins (assim como a própria organização) e, para nós,

pensar o recorte organizacional a partir dessa cosmologia nos da possibilidade de reconhecer que organização é/ou pode ser muito mais do que entendemos como organização hoje.

A característica comum entre uma organização e outra é a possibilidade de se organizar, e não as questões relacionadas ao objetivo comum estabelecido racionalmente ou à ideia de produção. Consideramos que pensar a organização a partir dessa perspectiva, nos possibilita abrir o conceito de organizar/organização para uma *multiplicidade*. Como apresentamos anteriormente, essa vem sendo uma demanda recorrente no campo de estudos, especialmente nas correntes críticas, e aqui nos propomos a conversar com a área de estudos sobre as organizações alternativas.

Pensar alternativas ao modelo racional técnico e hegemônico de organização, nos exige desprendermos da relação com o conceito arbóreo de organização. Trabalhar com as mesmas categorias, analisar contextos com contingências diversas e apresentar o que existe de diferença nessas organizações, reduz nossas pesquisas em descrever e analisar o objeto (a organização), ao invés de possibilitar nossa reflexão sobre outras formas de organizar, que é de fato por onde se materializa a alternativa.

O campo de estudos de organizações alternativas pode assumir a diferença como fator de relação ao invés da semelhança. O perspectivismo ameríndio, como uma proposta de filosofia e de pensamento, nos ensina/exemplifica como fazer isso. O conceito de equivocação controlada, de Viveiros de Castro (2015), demonstra como podemos criar relações entre um campo e outro assumindo que nessa tradução, entre eles, teremos um “equivocado controlado”.

Desse modo, temos a possibilidade de traduzir uma organização em conceitos que já conhecemos no campo dos Estudos Organizacionais e de situá-los contingencialmente dentro das perspectivas *outras*, com a intenção de minimizar falsificações ontológicas e epistêmicas ou, até mesmo, análises falsificadas.

Assim, consideramos pensar o conceito de organização a partir do perspectivismo ameríndio e da filosofia de Deleuze e Guattari (1995), que nos apresenta três principais possibilidades: **(i) realizar uma distinção entre o que é organização e a potência de organizar**, possibilitando direcionar nossos estudos

mais para modos organizativos do que para objetos organizados; **(ii) possibilidade de entender o conceito de organização como uma multiplicidade substantiva (como um rizoma)** e, assim, assumir a organização em suas variações a partir da diferença e não apenas diferentes variações de um conceito que possui um imaginário cristalizado; **(iii) buscar em nossos estudos estabelecer relações de análise a partir da diferença e nos utilizarmos do princípio da equivocação controlada para tradução entre o campo do conhecimento já consolidado e as alternativas**, para assim nos aproximamos de outras realidades buscando entender que podemos encontrar conceitos e manifestações equivalentes aos nossos conceitos já consolidados, mas que não significam a mesma coisa, e, portanto, temos que traduzi-los considerando um equívoco controlado.

Nosso mundo a partir de outras vozes: o povo da mercadoria

Os brancos não entendem que ao arrancar os minérios da terra, eles espalham um veneno que invade o mundo e que, desse modo, ele acabará morrendo (KOPENAWA, 05 maio de 1990).

O segundo bloco de discussão deste ensaio é um espaço destinado para uma reflexão sobre nossa realidade a partir dos porta-vozes das comunidades ameríndias. Refletir sobre as descrições de Kopenawa, Albert (2015) e Krenak (2019) foi uma escolha que fizemos para ter uma aproximação com “o campo”, de certo modo, que não se limitasse a uma análise somente do perspectivismo ameríndio enquanto teoria.

A obra “A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami” (KOPENAWA; ALBERT, 2015) é um dos principais materiais considerados para compor nossas ilustrações aqui. Nela Kopenawa, em sua enunciação como sujeito individual, porém coletivo yanomami, denuncia as tragédias que afetam e que afetarão o seu povo (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Desse modo, não se apresenta um narrador em que o “eu” é indissociável do “nós coletivo”. A obra é uma autobiografia de Kopenawa, resultado de um trabalho do antropólogo Bruce Albert e da vivência de Davi Kopenawa, e foi escrita com o intuito de comunicar para o nosso povo uma possível tragédia: a “Queda do Céu”.



Kopenawa (2015), em sua descrição, salienta a diferença quanto à sacralização dos elementos da vida entre os indígenas (yanomamis) e os brancos, o povo da mercadoria. Quando o autor se refere aos brancos não se limita à raça branca, mas refere-se ao povo ocidental. Em sua narrativa autobiográfica, o xamã faz uma série de descrições e de comparações a respeito das diferenças entre a realidade dos indígenas e a realidade dos brancos. Um dos elementos centrais que o autor traz como um ponto de diferenciação entre as cosmologias é o amor pelo consumo, ele inclusive descreve o nosso povo (ocidental) como “o povo da mercadoria”. Em um excerto sobre mercadorias o autor afirma:

Meu pensamento não consegue se fixar nelas. No começo são atraentes, mas se estragam depressa e começamos a sentir falta delas. Não quero pensar em coisas assim! As facas gastam, os facões ficam desbeijados, as panelas ficam pretas, as redes furam e as peles de papel do dinheiro se derretem na chuva. Já as folhas das árvores podem murchar e cair, mas voltam a crescer bonitas e brilhantes como eram antes. As poucas mercadorias que tenho me bastam e não desejo ter mais (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 418).

Quando lemos a descrição de Kopenawa e Albert (2015), fica evidente que a mercadoria, além de não ser algo de importância para os índios, é vista como algo que ocupa um valor completamente diferente do que consideramos em nossa cosmologia. Para o autor, mais do que o fato de produzirem menos, de consumirem menos ou de dividirem as mercadorias produzidas, os yanomamis não têm “o pensamento fixado nelas”. No decorrer do livro, o autor conta como os brancos parecem apaixonados por suas mercadorias, sonham com a casa própria, com o próximo carro, e com tantos outros bens de consumo. O indígena compara a visão de seu povo a essa fixação que existe no pensamento ocidental ao afirmar que os homens brancos vêem as mercadorias como belas mulheres.

Para os Yanomamis, esse tipo de comportamento resulta em uma avareza, e o autor cita algumas de nossas guerras por ouro e por petróleo, apontando o estado caótico em que chegamos lutando por nossas mercadorias. Kopenawa (2015) diz que sejam brancos ou yanomamis, eles não gostam de avarentos.

Na cultura yanomami, quando uma pessoa morre os bens que ela deixa são destruídos: sua rede, seu facão, seus pertences pessoais são queimados e não são

passados para seus filhos e seus parentes. Eles fazem isso pois afirmam que esses pertences só os fariam sentir saudade da pessoa que se foi, e, para superar o luto, preferem destruir esses objetos. Ao comparar essa prática yanomami com a nossa sociedade, o autor enfatiza que os brancos passam a vida apaixonados por suas mercadorias, e quando eles se vão, seus filhos as dividem com satisfação. Para um yanomami, o que eles pretendem deixar de lembrança está ligado à essência pessoal e não aos bens materiais: querem ser lembrados como seres que, em vida, foram generosos, e não que juntaram muitos bens.

Nesse caso, refletimos que a obra “A Queda do Céu: palavras de um Xamã Yanomami”, em sua profecia sobre nosso futuro, é bastante pessimista. Segundo ela, caso a floresta continue a ser destruída em nome do progresso, teremos uma série de drásticas conseqüências a respeito da nossa realidade. Quando falamos de alternativas, de outras formas organizacionais ou de transformações, normalmente discutimos (re)arranjos nas organizações, e deixamos de lado questões mais elementares como as implicações e possibilidades de nos organizarmos a partir de modos que não tenham a mercadoria como o centro da organização, ou o lucro e eficiência. É claro que existem outras comunidades, outros povos, outras cosmologias possíveis para repensar essas alternativas a fim de refletir sobre algum limite ou ausência de produtividade.

Nossa intenção aqui é deixar um caminho aberto, apontando que na obra “A Queda do Céu: palavras de um Xamã Yanomami”, Davi Kopenawa, têm possibilidade de nos auxiliar nesse exercício reflexivo muito mais como uma forma de iluminar nossas possibilidades do que como uma forma de nos prescrever algum modo.

Destacamos também que essa reflexão não tem pretensão de incentivar um discurso corporativo de sustentabilidade. Como apontamos anteriormente, estamos ilustrando críticas a partir de outras vozes, como um exercício reflexivo.

Continuando em nossas ilustrações a partir das falas indígenas, além de destacar a paixão pela mercadoria, outra questão que possui ênfase na fala de Kopenawa (2015) é o compromisso e o valor que a nossa cosmologia (a dos brancos) atribui à velocidade, à produtividade e à eficiência. O autor diz:

Mas os brancos são diferentes de nós. Devem se achar muito espertos porque sabem fabricar multidões de coisas sem parar. Cansaram de andar e para ir mais depressa inventaram a bicicleta. Depois acharam que ainda era lento demais. Então inventaram as motos e depois os carros. Aí acharam que ainda não estava rápido o bastante e inventaram o avião. Agora eles têm muitas máquinas e fábricas. Mas nem isso é o bastante pra eles. Seu pensamento está concentrado em objetos o tempo todo. Não param de fabricar e sempre querem coisas novas. E assim, não devem ser tão inteligentes quanto pensam que são. Temo que sua excitação pela mercadoria não tenha fim e eles acabem enredados nela até o caos (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 418).

O autor narra nosso trágico destino nos definindo como um povo que pode acabar enredado em suas mercadorias, por conta da excitação que sente por elas. Descreve o nosso sentimento de constante insatisfação, que é visto com bons olhos para muitos na área da gestão, uma melhoria contínua que tem a própria técnica como referência, e uma eficiência que parece poder sempre ser aprimorada. Por isso, é significativo salientarmos a visão de que talvez não sejamos tão inteligentes como pensamos.

A descrição de Kopenawa, nesse caso, evidencia uma discussão que apontamos em nosso primeiro texto, a respeito da técnica e das contradições que ela apresenta. A forma como o xamã apresenta as ideias é simples, mas não pode ser lida com simplicidade. O que traz mais força para esse apontamento é que do lugar de onde ele vem existe outra possibilidade. Não estamos falando de um modelo romântico ideal, mas de uma alternativa real que, inclusive, é anterior ao nosso próprio modelo. Apontamos, assim como outros estudos já fizeram, a possibilidade de aproximação com as questões ameríndias e com o próprio perspectivismo para o (re)pensar. Com isso, talvez caiba ao povo ocidental realizar um exercício de experimentação, a partir da equivocação controlada, sobre conceitos como a eficiência, a produtividade e a velocidade, não com o intuito de levar nossos conceitos para pensar a realidade deles, mas de traduzir conceitos deles e relacioná-los com os nossos – um exercício crítico.

Relacionamos também o discurso de Shiva (2013), a respeito do mito de TINA (There is no alternative) e da crítica que a autora constrói sobre a privatização de sementes. Chegamos a um extremo na lógica de lucro e de acumulação, em que os recursos naturais são privatizados em prol de um discurso e de uma mecânica do mercado, que atribui um valor monetário a recursos que são essenciais para a

manutenção da civilização, e fazem isso a partir de uma lógica de apropriação. Sobre esse tópico, Kopenawa (2015, p. 420) também destaca que:

A comida dos brancos não tem um valor tão grande quanto eles pretendem! Como a nossa, ela desaparece assim que é engolida e acaba virando fezes! Suas mercadorias também não são tão preciosas quanto eles dizem. É só o pavor que eles têm de sentir falta delas que os faz aumentar seu valor. Uma vez, velhos e cegos, dará mesmo dó vê-los ainda agarrados a elas.

A descrição do autor enfatiza uma distorção a respeito da percepção de valor entre as cosmologias. A finitude das mercadorias, e até mesmo da comida, que são tão valorizadas de acordo com a nossa lógica, se mostra completamente sem sentido a partir da perspectiva dos indígenas. Entretanto, o que trazemos como um elemento de reflexão é o apontamento a respeito do pavor de sentir falta. As palavras de Kopenawa são assertivas nessa descrição, e nos mostram como temos o pavor e o medo como sentimentos que podem ser (e são) utilizados para manipular e para colocar em movimento a lógica de mercado.

Nesse caso, uma reflexão crítica sobre esse tipo de manipulação, ou lógica de funcionamento, também é possível a partir de uma aproximação com as comunidades ameríndias. Realizar uma reflexão sobre o que nos causa medo e o que causa medo nos índios em um contexto yanomami pode nos fornecer informações e perspectivas sobre nossa própria realidade e sobre as possíveis alternativas. A excitação e o medo da falta, em relação às mercadorias, é o que nos coloca em movimento dentro de uma lógica técnica produtivista e destrutiva, de acordo com Kopenawa (2015).

Outra obra que corrobora com nossa pesquisa é a do autor Ailton Krenak (2019), “Como Adiar o Fim do Mundo”. Líder nativo, conhecido como uma das principais lideranças do movimento indígena brasileiro e reconhecido internacionalmente, Krenak, mineiro da região do Rio Doce, foi alfabetizado no Paraná, para onde se mudou aos dezessete anos. Se tornou produtor gráfico e jornalista, participando de diversos movimentos importantes para as comunidades indígenas. Em suas narrativas, enfatiza a dificuldade de falar sem se indignar.

As obras “Como Adiar o Fim do Mundo” (KRENAK, 2019) e “A Queda do Céu: palavras de um Xamã Yanomami” (KOPENAWA e ALBERT, 2015) foram importantes para a construção de nossa proposta, uma vez que estabelecem críticas

complementares ao nosso modo produtivista e destrutivo, principalmente em relação à natureza. Porém, além disso, os autores apontam para a destruição das subjetividades, dos afetos; falam sobre nossa relação com o meio e entre nós mesmo. Nesse sentido, não poderíamos deixar de citar a importância que os dois autores dão ao domínio dos sonhos. O sonho, na cosmologia indígena, tem uma importância fundamental: é por meio deles que os xamãs se comunicam com os espíritos da floresta, assim como os outros membros da tribo. O sonho ocupa uma posição mística nesse contexto, se analisarmos por nossa perspectiva, mas o interessante sobre essa questão é como se dá o fluxo comunicação xamã/índio-sonho-comunidade.

Nesse contexto, os índios têm sonhos que são comuns, sobre o dia a dia, e esses não têm grande importância, entretanto, existem sonhos com significados e avisos importantes. Desse modo, eles se reúnem para discutir os sonhos e os seus significados, e assim chegam a conclusões e a decisões sobre como agir, o que esperar. Essa prática de comunicação, que tem como centro o aspecto de dar voz e levar a sério as subjetividades, intuições e comunicações com o mundo sensível, pode ser vista como uma prática que exercita essa conexão entre os membros da comunidade. Assim, como destaca Viveiros de Castro (2015), não podemos pensar como os índios, mas podemos pensar com eles, e a partir desse tipo de exercício podemos ter inspiração para nossas ações. Não necessariamente discutir sonhos, mas discutir questões ligadas às intuições e à sensibilidade pode se mostrar uma prática para aflorar nossas conexões para além do aparato racional e técnico. Esse tipo de discussão, quando existente em nosso mundo, normalmente está relacionada à vida privada, e dificilmente à organização. Sobre nossos sonhos Kopenawa (2015, p. 621) destaca:

Os brancos dormem deitados perto do chão, em camas, nas quais se agitam com desconforto. Seu sono é ruim e tarda a vir. E quando afinal chega, nunca vai longe e acaba muito depressa. Não há dúvidas de que eles têm muitas antenas de rádio em suas cidades, mas estas servem apenas para escutar a si mesmos. Seu saber não vai além das palavras que dirigem uns aos outros em todos os lugares onde vivem. As palavras dos xamãs são diferentes, elas vêm de muito longe e falam das coisas desconhecidas pelas pessoas comuns.

Seria desnecessário pontuar que a cosmologia indígena possui forte valorização de saberes diversos que fogem da dimensão da razão, se é que faz

sentido uma comparação a partir desse conceito. O que buscamos evidenciar é a importância de valorizarmos um entre lugar, como apontamos na discussão anterior. As vozes das comunidades ameríndias, a sua cosmologia, tomada como um discurso sobre nós, é para nós um aviso. Como colocam Kopenawa e Krenak:

Contudo, muitos são os brancos que continuam ignorando nossas palavras. Mesmo que elas cheguem aos seus ouvidos, seu pensamento continua fechado. Seus filhos e netos talvez escutem um dia. Então pensarão que são palavras de verdade, claras e diretas. Perceberão como é bela a floresta e entenderão que seus habitantes querem viver nela como seus ancestrais antes deles. (...) Se por fim, os branco ficassem mais sensatos, meu pensamento poderia recuperar a calma e alegria. Eu diria a mim mesmo: “Que bom! Os brancos acabaram ganhando sabedoria. Eles começam a ter amizade pela floresta, pelos humanos e pelos xapiri” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 486).

O fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder. Parece que todos os artificios que foram buscados pelos nossos ancestrais e por nós têm a ver com essa sensação. Quando se transfere isso para a mercadoria, para objetos, para coisas exteriores, se materializa no que a técnica desenvolveu, no aparato todo que se foi sobrepondo ao corpo da mãe Terra (KRENAK, 2019, p. 270).

Krenak (2019) descreve o fim do mundo como uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante, as palavras de Krenak (2019) e Kopenawa (2015) se sustentam nesse aspecto. Os autores apontam como em nosso percurso como civilização técnica transferimos nosso prazer para as mercadorias. Nossa excitação, a sensação de realização, está no aparato que se sobrepõe ao corpo da mãe Terra. Esse tipo de postura frente ao entendimento da vida, é completamente desprezada para as comunidades indígenas, para aquelas que preservam seus saberes e sua cosmologia. Krenak, chama a atenção para o fato de que somos diferentes, e que nossa relação a partir das diferenças é o que nos deveria guiar no roteiro da vida, e não uma proposta de homogeneização, como a que temos vivido. De acordo com o autor:

O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (KRENAK, 2019, p. 158).

A questão da humanidade com um mesmo protocolo é exatamente a “lição” que o perspectivismo, como um multinaturalismo nos deixa. Portanto, o que fazemos nesse espaço, sem ingenuidades e destacando as contradições, é apresentar uma proposta de uma abertura do conceito de organização para a multiplicidade. Tomamos como questão a técnica e homogeneização dos Estudos Organizacionais, e nossa tentativa é a de anunciar que nos encontramos em um contexto de contradições, o contexto técnico, mas que existem possibilidades de pensarmos alternativas para essa “queda”. Como aponta Krenak (2019), utilizar nossa capacidade crítica para e criativa e construir paraquedas coloridos.

Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em, paraquedas coloridos. (KRENAK, 2019, p. 143).

Nossas reflexões nesta seção não são feitas com o intuito de sermos exaustivos ou conclusivos. Trazemos as vozes das comunidades ameríndias como uma ilustração do que buscamos apontar: as contradições de um mundo organizado, tecnificado, eficiente e produtivista. Entretanto, como muito bem pontuou Krenak (2019), estamos caindo, sempre estivemos, podemos procurar nossos paraquedas coloridos, nossas alternativas, linhas de fuga rizomáticas, mas para isso precisamos assumir uma ciência do devir (DELEUZE; GUATTARI, 1995; SERVA, 1993).

Por fim, encerramos esta sessão propondo, em nosso próximo bloco de discussão, pontuar possibilidades e precauções sobre a aproximação entre os campos dos estudos organizacionais e do perspectivismo ameríndio, considerando não apenas o perspectivismo como cosmologia, mas como filosofia, como conceito de conceito, como afirma Viveiros de Castro (2015).

#### Reflexões sobre aproximações com o perspectivismo ameríndio

Dedicamos o último bloco de discussão deste ensaio para a reflexão sobre caminhos possíveis e também sobre alguns cuidados a serem tomados com a aproximação entre o campo dos estudos organizacionais e o perspectivismo ameríndio. A cosmologia indígena, como teoria ou como conceito de conceito, na afirmação de Viveiros de Castro (2015), foi desenvolvida com o objetivo de nos

fornecer uma contra-antropologia e bases para a reflexão sobre nosso próprio mundo a partir dos conceitos que encontramos no perspectivismo.

Pensamos então que uma possibilidade para esse exercício seria a de seguir as instruções do autor, e refletir filosoficamente sobre nossos próprios pressupostos, levando a sério o pensamento ameríndio e utilizando esse pensamento como um solo pré-conceitual de reflexão e de experimentação de conceitos. Ou seja, como desenvolvemos uma reflexão sobre o conceito de organização, e sobre o organizar, possíveis caminhos podem ser tomados com diferentes conceitos/objetos.

Além disso, o perspectivismo ameríndio, como uma construção filosófica, nos fornece, a partir de seu próprio experimento, recursos sobre como produzir novos conceitos, ou refletir sobre esses conceitos, que advenham de um contexto diferente daquele da lógica técnica-racional. Ou seja, consideramos que, como exercício de construção, o autor nos fornece recursos como: a relação pela diferença, o exercício de tradução a partir da equivocação controlada e o exercício de experimentação.

Portanto, pensamos que essa perspectiva tem grande possibilidade de aderência com os estudos na área dos Estudos Organizacionais (EOR), especialmente no campo das organizações alternativas e nos estudos decoloniais, justamente por ser um exercício de estudo, reflexão e tradução, em um contexto e conhecimento *outro*.

Indicamos também a possibilidade de aderência da crítica ambiental, que está presente na obra de Kopenawa e Albert (2015) e nos trabalhos de Krenak (2019), com a construção de lógicas alternativas, e também com as teorias que consideram questões de resistência ao produtivismo, à eficiência, e à acumulação de capital.

Deixamos como indicação, e precaução, o cuidado em não nos utilizarmos dessas descrições, da cosmologia ameríndia e da voz das comunidades, para embasar discursos corporativos de sustentabilidade ou para, principalmente, nos iludirmos quanto à possibilidade de pensar como os índios, como advertimos ao longo deste trabalho. O máximo que podemos fazer é pensar com eles e, partir disso, pensar *outras* possibilidades e alternativas.

Outra questão que consideramos importante é a de refletir sobre o perspectivismo como uma teoria que nos fornece novas e outras possibilidades metodológicas. Acreditamos que essa é uma das principais contribuições dessa



teoria, mas não indicamos que nossa aproximação se limite a isso. Pensamos que questionar nossos conceitos e pressupostos é um caminho mais seguro se pretendemos caminhar em conjunto com o que o campo da antropologia chama de uma virada ontológica.

Nesse sentido, temos a publicação de Wanderley e Bauer (2020), “‘Tupi, or not Tupi that is the question’: Perspectivismo ameríndio e os Estudos Organizacionais”, como a primeira publicação do campo que aproxima os estudos organizacionais e o perspectivismo ameríndio. O trabalho foi desenvolvido a partir de um ensaio em que os objetivos citados foram:

As questões que nos nortearão neste ensaio serão: Quais reflexões ontoepistemológicas podemos fazer em EOR com base no conceito de perspectivismo ameríndio? O que devemos considerar na construção do Outro em EOR com base em um deslocamento reflexivo, assumindo-se uma equivocidade intencional? (WANDERLEY; BAUER, 2020, p.145).

Os autores analisam a partir do manifesto Antropófago de Oswald de Andrade (1928) a construção do Outro, tomando a antropofagia como uma metáfora para refletir sobre essa discussão. Nesse exercício, os autores destacam que o perspectivismo ameríndio é um conceito que nos leva a um questionamento sobre nossas escolhas teórico-metodológicas, apontando a importância de pensar a partir da perspectiva do outro. Nesse sentido destacam:

Sobretudo, o conceito de perspectivismo ameríndio nos remete a refletirmos como pesquisadores sobre as escolhas teórico-metodológicas que fazemos para investigar nosso objeto/sujeito. Refletirmos não somente a partir de nossa própria perspectiva, mas também a partir do ponto de vista de nosso sujeito/ex-objeto (...). Devemos refletir sobre as consequências de nossa tarefa como investigadores ao dominarmos uma estrutura teórico-metodológica – nossa roupa – e sairmos pelo mundo procurando objetos/sujeitos em que possamos – vestir – aplicar essa estrutura-roupa. Para o perspectivismo ameríndio, “um objeto é um sujeito incompletamente interpretado” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 52 apud WANDERLEY; BAUER, 2020, p. 152).

Concordamos que esse exercício é uma possibilidade. Contudo, pensamos que esse talvez seja o caminho mais cômodo. Tratar essa cosmologia como um rizoma, refletir filosoficamente sobre seus conceitos, experimentar dela, e até mesmo sentir, a partir dos relatos e das vozes dos xamãs (dos porta-vozes das comunidades ameríndias), exprimir nosso arrependimento com uma tentativa de pensar possibilidades, formas menos autoritárias e devastadoras de organizar e

estar no mundo. Acreditamos que seja o caminho que a floresta nos sugere seguir, e, para isso, flexibilizar nossas metodologias não é suficiente: temos que questionar nossos objetos, nossos conceitos, nossas falsificações e reproduções.

Portanto, assim como realizamos em nosso trabalho, pensamos que refletir sobre nossos pressupostos e conceitos fundantes do campo dos estudos organizacionais seja uma postura mais assertiva para atender às demandas que as vozes indígenas nos trazem, e não apenas as nossas demandas. Trabalhar com o perspectivismo ameríndio a partir de uma outra postura filosófica, e não somente histórica ou metodológica, é a questão que a própria antropologia nos propõe, e assim julgamos ser um exercício mais adequado.

Nesse sentido, assim como Wanderley e Bauer (2020), não pretendemos de modo algum esgotar neste ensaio as possibilidades de utilização de conceitos vindos do perspectivismo ameríndio nos Estudos Organizacionais, pelo contrário, esperamos a partir de nossa reflexão e nossos apontamentos despertar possibilidades e incentivar novas experimentações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões aqui realizadas e propostas, encerramos esse trabalho indicando que o perspectivismo ameríndio, como uma cosmologia, tem grande potencial para gerar novas experimentações e críticas ao campo dos Estudos Organizacionais. Concluimos também que uma nova perspectiva a respeito do conceito de organização, uma proposta de abertura para uma *multiplicidade*, pode ser de grande valia especialmente para a área de estudos de organizações alternativas e estudos decoloniais.

Essa abertura para a multiplicidade, a partir da diferenciação entre o (se) organizar e (a) organização, tem possibilidade de proporcionar novos recortes e novas definições de organizações que sejam considerados no campo de estudos. A partir disso, pensamos que seja uma maneira de fortalecer áreas que têm por objetivo buscar linhas de fuga dentro da lógica técnica e arborescente do que vem sendo considerada organização.

Ademais, trouxemos também as vozes dos ameríndios Dani Kopenawa e Ailton Krenak, como uma forma de ilustrar a possibilidade de utilizar esses autores para fortalecer nossas críticas. Não limitados a isso, trazemos também seus discursos para destacar que suas demandas – e as demandas da floresta – não serão sanadas com pequenos ajustes e modificações. Trazemos a questão quanto às escolhas metodológicas, com o intuito de esclarecer que novas roupagens metodológicas não são suficientes, apesar de também serem importantes. Mas não gostaríamos, e não recomendamos, que a aproximação com o perspectivismo ameríndio se limite a este tópico.

Por isso, realizamos nosso trabalho refletindo sobre um conceito elementar no campo de estudos das organizações. Acreditamos, assim como também destaca Viveiros de Castro, que o perspectivismo ameríndio tem o potencial de iluminar o nosso pensamento e, a partir disso, somos capazes de questioná-lo por outras vias.

Quanto à questão da técnica, acreditamos que um caminho de resistência possível seja a valorização de alternativas, de outros saberes e modos organizativos. Assim, o entendimento da organização em multiplicidade, como um rizoma capaz de produzir linhas de fuga que não retornam para um imaginário

cristalizado (técnico e burocrático), é apresentado como uma proposta conceitual. Portanto, esperamos que a aproximação com essa outra cosmologia – que foge da lógica do que temos como realidade – nos proporcione reflexões que fortaleçam alternativas à estrutura hegemônica.

Enquanto isso, os adeptos das correntes chamadas de críticas nos estudos organizacionais se limitam às relações de pesar entre orientandos, orientadores e avaliadores. Nas conversas decoloniais de corredores murmuramos sobre não encontrar um método adequado para nossas pesquisas; nas reuniões de orientação, ouvimos que devemos ter cuidado, pois não podemos esquecer do campo de onde estamos falando; e nas apresentações em congressos e avaliações de revistas, torcemos para encontrar um avaliador que se compadeça da nossa boa intenção e não esteja assim tão enamorado com a replicabilidade. Seguimos, portanto, com roupas vermelhas e com adereços latino-americanos, mas ainda com nossas partes escandalosas e proibidas encobertas.

## REFERÊNCIAS

- ADVERSI, L.; SEIFERT, R.. A que se refere a organização alternativa? Um estudo sobre como novas formas de trabalho se diferenciam do modo convencional de organização. **Anais do Congresso V CBEO**, Curitiba, 2018.
- ANDRADE, O.. O manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, v.1, p. 3, maio 1928.
- BARCELLOS, R. M. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K.. Reposicionando conceitos: a organização fora dos eixos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n.1, pp. 10-21, 2017.
- BENDIX, R.. **Max Weber, um perfil intelectual**. Brasília: UnB, 1986.
- BERTHOUD, G.. 'Market', in W. Sachs (ed.), **The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power**. London: Zed Books, pp. 70-87, 1992.
- BLAU, P. M.; SCOTT, W. R.. **Organizações Formais**. São Paulo: Editora Atlas, 1979.
- BLOCH, E.. **The Principle of Hope**. Cambridge, MA: MIT Press [1947], 1995.
- BOEHS, C. G. E.. Para além dos limites da organização formal como objeto: a discussão de referências renegadas. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.5, n.13, pp. 592-637, 2018.
- BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.
- BRÜSEKE, F. J.. “A crítica da técnica moderna”. **Revista Estudos – Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA, 1998.
- CALDAS, M.; ALCADIPANI, R.. Post-colonialism in latin american managment: the genesis and trall of north american reference in brazilian culture and management. In: **International Critical Management Studies Conference**, 3, 2003, Manchester Proceedings: UMIST, 2003.
- CASAGRANDE, L.. **O Poliencantamento do Mundo por meio das Organizações Imediatistas**. Tese de doutorado, URGs - 2018.
- CLEGG, S. **As organizações modernas**. Lisboa: Celta Editora/Oeiras, 1998.
- COSTA, P. A. et al.. Provocações epistemológicas, teóricas e metodológicas a partir de experiências empíricas de organizações alternativas e contra hegemônicas. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.5, n.13, 2018. 2018.10.25113/farol.v5i13.4903.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. 715 pp. 1, 1995 - 1997.

ELLUL, J. **The Technological Society**, tr. 1968.

ETZIONI, A.. **A comparative analysis of complex organizations**. On power, involvement, and their correlates. New York: The Free Press of Glencoe, 1961.

FERREIRA, P. P. P.. Resenha - VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2015. Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v.8, n. 2, pp.171-174, 2016.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.

HABERMAS, J.. **The theory of communicative action – volume 1** - Boston: Beacon Press, 1984.

IBARRA-COLADO, E.. Organizatio Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: Thinking Otherness from the Margins. **Organization**, v. 13, pp. 463-488, 2006.

ILLICH, I. **Convivencialidade**. 1.ed. Lisboa: Francisco Lyon de Castro, 1976.

KALBERG, S.. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization in history. **American Journal of Sociology**, v.85, n.5, pp. 1145-1179, 1980.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, A.. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Editora Martins Fontes. 2009.

LEVITAS, R.. 'For utopia: the (limits of the) utopian function in late capitalist societies'. In: GOODWIN, B.(ed.) **The Philosophy of Utopia**. London: Routledge, 2004.

MATITZ, Q. R. S.; VIZEU, F.. Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 46, n. 2, p. 577-598, Apr. 2012.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 15, n. 2, p. 320-332, Apr. 2011.

MIZOCZKI, M. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: MIZOCZKI, M., FLORES, R., MORAES, J. (org). *Organização e práxis libertadora*. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

PARKER, M. **Against Management: Organization in the Age of Managerialism**. Cambridge: Polity, 2002.

PARKER, M., FOURNIER, V.; REEDY, P.. **The Dictionary of alternatives: utopianism and organisation**. Londres - Nueva York: Zed Books, 2007.

PARSONS, T.. Suggestions for a sociological approach to the theory of organizations. **Administrative Science Quarterly**, v.1, n.1, pp. 63-85, 1956.

RIOS, J.A. Organização. In: SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, v. 2, p. 848-850, 1986.

ROSA, A. R.; ALCADIPANI, R.. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialism. **Revista de Administração Mackenzie**, v.14, n.6, p. 185-215, 2013.

ROTHSCHILD-WHITT, J. The Collectivist Organization: An Alternative to Rational Bureaucratic Models. **Revista Americana de Sociologia**. Vol. 44, No. 4, pp. 509-527, 1979.

SANTIAGO, S. **Vale quanto pesa: ensaios sobre questões políticos-culturais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, B. S.. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. S.. **Um discurso sobre as ciências**. 15 ed. Porto: Afrontamento, 2007.  
SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento Organizacional: Uma Ideologia Gerencial? **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pp. 127-141, Jan./Fev. 2015.

SERVA, M.. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 2, pp. 36-43, 1993.

SHIVA, V.. 'Alternatives are vital to our survival'. In: PARKER, M. et al. (eds). **The Routledge Companion to Alternative Organisation**, Routledge: London, pp. xxii – xxiii, 2013.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. Introduction: the need for meta-theoretical reflection in organization theory. In: **The Oxford handbook of organization theory**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003. p. 1-36.

VIVEIROS DE CASTRO, E.. **“La Mirada del Jaguar”**. Rio de Janeiro. Tinta Limon, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E.. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural . São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "O nativo relativo". **Mana**. v.8, n.1, pp. 113-148, 2002b.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". **Mana**. v.2, n.2, pp. 115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation," **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 2, n.1, Article 1, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E.."Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena". In: **A inconstância da alma selvagem, e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac NaifY, 2002a.

WANDERLEY, S. E. P. V.; BAUER, A. P. M.. "Tupi, or not Tupi that is the question": amerindian perspectivism and organizational studies. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 144-155, Mar. 2020.

WEBER, M.. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva (4a ed.). Brasília: UnB, 2009.